



BERNSTEIN, LENIN, LUXEMBURG

E O REINO DA LIBERDADE

Franz Josef **BRÜSEKE**

Professor do Departamento de Ciências Sócio-Políticas e do Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento da UFPA.

RESUMO: A Social-democracia européia encontra-se, a partir do final do século XIX, num debate sobre a estratégia correta da transformação social. Os debates dentro do partido Social-democrata da Alemanha (SPD), têm uma importância extraordinária, porque o SPD foi até o romper da Primeira Guerra Mundial o ponto central de referência do movimento trabalhista internacional. Muito embora Bernstein e Rosa Luxemburg criticassem, da mesma forma, o imobilismo do SPD, que se estancou na fraseologia revolucionária, os seus conceitos não coincidem, já que R. Luxemburg rejeitava uma revisão da teoria marxista e em contraposição a Bernstein ambicionava uma radicalização da prática Social-democrata. Lenin, igualmente decepcionado, como Rosa Luxemburg com a política nacionalista da Social-democracia alemã na Primeira Guerra Mundial, desenvolveu, sob pressão da situação russa, uma teoria específica da conquista do poder e da ditadura do proletariado. Rosa Luxemburg discute criticamente a concepção de Lenin e defende as liberdades republicanas contra a teoria da ditadura. Estas reflexões anteriores sobre estratégias de transformação social, e as experiências havidas desde 1917 em diversos países ao se erigir o socialismo, refletem-se nos debates sobre o euro-comunismo dos anos setenta.

PALAVRAS-CHAVE: Social-democracia européia; marxismo; revisionismo; ditadura; liberdades republicanas; transformação social; socialismo; euro-comunismo.

BERNSTEIN, LENIN, LUXEMBURG AND

THE KINGDOM OF THE LIBERTY

ABSTRACT: The European Social Democracy, from the latest part of the 19th century, finds itself in deep discussion about a correct strategy for social change. The debate within the German Social Party (SPD) has an extraordinary importance because the SPD was up to the start of the First World War the reference point of the international labor movement. In spite of Bernstein's and Rosa Luxemburg's similar criticism of the SPD's inertia which rested on its own revolutionary speech, their concepts do not agree, since Rosa Luxemburg rejected any revision of marxist theory, while, on the other hand, Bernstein sought a radicalization of the social democratic practice. Lenin, equally disappointed as Rosa Luxemburg with the nationalistic politics of the German Social Democracy during the First World War, developed under pressure of the Russian situation a specific theory of the conquest of power and the dictatorship of the proletariat. Rosa Luxemburg presents a critical discussion of Lenin's vision and defends the republican freedoms against the theory of the dictatorship. These earlier reflexions on the social change strategies and the acquired experiences since 1917 in several countries on the building of socialism are felt on the debates about euro-comunism in the seventies.

KEY WORDS: European Social Democracy; marxism; revisionism; dictatorship; republican freedoms; social change; socialism; euro-comunism.

Uma reflexão sobre como poderia ser alcançado o que Marx chamava de o reino da liberdade, parece-nos primeiramente como uma tentativa inútil. De maneira diferente do que no final do século XIX e início do século XX, quando o marxismo revolucionário se expressou quase homogeneamente na social-democracia internacional (européia), encontramos hoje diante de uma diversidade de modelos de emancipação social que frequentemente sugerem soluções, diametralmente opostas à questão: Como pode ser erigida uma ordem estatal, em que uma dimensão máxima de liberdade e de satisfação das necessidades humanas sejam realizadas?

Estas concepções divergentes de transformação social não se utilizam em sua rivalidade dos métodos de uma discussão racional, e sim isolaram-se entre si do ponto de vista organizacional e enrijeceram-se dogmaticamente num processo que teve seu ponto de partida durante a Primeira Guerra Mundial.

O presente artigo pretende abordar as contribuições de Eduard Bernstein, W. I. Lenin e Rosa Luxemburg para a estratégia de transformação social, bem com convidar à reflexão numa era de incerteza.

REFLEXÕES REVISIONISTAS E CRÍTICAS DE ROSA LUXEMBURG A EDUARD BERNSTEIN.

Com o início de 1896 surgiu na "Neue Zeit" uma série de escritos de Eduard Bernstein que provocou uma forte oposição dos marxistas ortodoxos do SPD (Partido Social-democrata da Alemanha). Estes escritos resumidos no livro "Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie" - As pré-condições do socialismo e as tarefas

da social-democracia constituíam, então, a parte essencial de evidência teórica do assim chamado "revisionismo".

Através dos discursos "Eldorado" de Georg V. Vollmar, proferidos no verão de 1891, em Munique, iniciou-se o que entrou na história da social-democracia como 'controvérsia revisionista'. A defesa de Vollmar pelo trabalho reformista prático se dirigia contra a 'tática do absoluto' da maioria do partido. Esta, no entanto, nada queria saber das teses de Vollmar. A decretação ao programa de Erfurt pouco depois das teses excepcionais de Vollmar evidenciava que este só representava uma minoria dentro do partido. Contudo, os desacordos posteriores' durante a convenção do partido, em 1895, em Breslau, sobre o programa agrário do mesmo, indicavam que os conflitos intrapartidários já tinham se expandido para uma luta de orientação entre diversas correntes dentro da social-democracia. Kautsky colocou-se em Breslau ao lado da maioria ortodoxo-marxista; David e Vollmar ao lado da oposição emergente e, gradativamente, mais consciente.

A série de escritos de Bernstein sobre "problemas do socialismo", constituía então desde o final de 1896*, o fundamento para a crítica 'revisionista' e respectivamente tornou-se o ponto de ataque de seus opositores.

Pontos centrais da crítica de Bernstein (1973) aos princípios do partido foram:

1 - Não é de se esperar uma breve derrocada da sociedade burguesa. Portanto, a social-democracia não pode tornar sua estratégia de transformação dependente de uma grande catástrofe social iminente.

* (Bernstein, 1973).

2 - Um agravamento extremo das contradições de classes, conforme o Manifesto Comunista o prognosticava, não é de se registrar. O número dos detentores de capital aumenta, as classes médias não deixam de existir.

3 - Contrariamente às concepções de Marx, os processos de concentração de capital industrial se realizam apenas lentamente. Processos de concentração na agricultura se mostram mais vigorosos ainda.

4 - Os privilégios da burguesia cedem gradativamente à expansão da instituição democrática. O movimento trabalhista fortalecido pôs em marcha uma contra-ação à exploração através do capital, a qual ganha influência a campos cada vez maiores da vida econômica.

A elasticidade da sociedade burguesa constatada por Bernstein a qual não foi percebida pelos teóricos dirigentes do partido - reclamou uma nova reflexão da política social-democrata - para a qual ele acreditava poder contribuir com os mais importantes pontos de referência.

Bernstein empregou na palavra um realismo, que não simula a visão da sociedade como ela realmente é, conforme se atribuiu à canonização dos escritos de Marx, Engels e de outros teóricos do movimento trabalhista do século XIX. Neste sentido, ele acreditava poder tomar suas convicções dos próprios Marx e Engels, os quais "foram os maiores revisionistas" que a história do socialismo conhece. Pois para Bernstein, revisionismo não representava nenhuma palavra de ofensa, e sim a tentativa de harmonizar a análise da sociedade e a teoria da

transformação social, com a sociedade realmente existente e as reais possibilidades de sua mudança.*¹ Para efetuar isso não é necessário desprender o marxismo de seus contextos históricos e reclamar uma validade supra-histórica para suas análises políticas e econômicas. Bernstein (1973) acreditava poder caracterizar a concepção histórica do marxismo como o mais radical produto dos anos de 1844 até 1847, durante os quais, a Europa Central e Ocidental achava-se numa fase de 'fermentação revolucionária'. A representação ideológica das classes oprimidas teria ido além de sua necessidade prática. Por outro lado, Marx não pode negar sua origem filosófica como hegeliano esquerdista e, teria sido igualmente (neste sentido) um produto de sua época. Bernstein recomenda que se perceba as 'armadilhas dialéticas hegelianas', porque criam barreiras para uma observação realista dos fatos. "Todas as vezes em que observarmos o ensinamento - que parte da Economia como o fundamento do desenvolvimento da sociedade - capitular ante a teoria que conduz o culto da violência ao cume, então estaremos diante de um princípio hegeliano. Talvez apenas como analogia, mas isto é, então, um tanto pior. O grande engano da dialética hegeliana é que ela nunca está totalmente errada. Ela cobiça a verdade como a luz errante cobiça a iluminação. Ela não se contradiz, porque depois dela cada coisa porta consigo a sua

* (Heimann, 1977).

¹ - Horts Heimann destaca o aspecto positivo da intenção de Bernstein. Referente à situação de hoje, ele defende a tese de que: "Somente fundamentado numa reflexão teórica revisionista pode-se desenvolver uma teoria social que corresponda à realidade da sociedade e uma estratégia política que possibilite sucesso para a realização dos objetivos socialistas". (Heimann, 1977, p. 18).

contradição. Existe uma contradição em colocar a violência onde a economia ainda se encontrava? - Oh não, pois a violência é por si só uma "potência econômica". (BERNSTEIN, 1973, p. 71) Sem querer discorrer levianamente sobre a filosofia hegeliana, deve-se atribuir a Bernstein o mostrar as consequências fatais de uma esquematização dialética. Exatamente quando se conhece os produtos do "socialismo científico" degenerado para a ciência da legitimação - concluída na URSS como 'Materialismo Dialético' e 'Materialismo Histórico' e afastada da influência da 'razão dialética' -, (MARCUSE, 1964) a crítica de Bernstein neste ponto se mostra muito abrangente. Exatamente as tentativas de se utilizar o princípio dialético, como ponto de partida para a ação política, por exemplo, ao se confiar na exarcebada antitética das contradições de classes, as quais depois de um tratamento político correspondente resultam, então, numa nova síntese social qualitativamente mais elevada, a crítica de Bernstein se mostra efetiva. Por outro lado, deve-se chamar atenção para os esforços no sentido de que esta dogmatização da dialética seja dissolvida e que se faça uma nova meditação sobre sua área de ação. (SARTRE, 1960) A recusa contundente de Bernstein quanto à dialética de Marx e Hegel, - é neste sentido sua defesa para uma nova recepção de Kant - o que teve, de certo modo, um papel secundário em torno da controvérsia sobre o revisionismo. (GREBING, 1977) O que excitou a massa dos funcionários do partido foram os ataques de Bernstein sobre a "tática coroada da vitória" da social-democracia e a sua revisão aberta da estratégia revolucionária. Como Bernstein justificava a sua exigência quanto a uma reorientação estratégica, que aos olhos de seus opositores significava simplesmente oportunismo

frente ao estado burguês.

Um ponto de partida central foi - além da análise das causas da "elasticidade" da sociedade burguesa - o conceito de democracia de Bernstein. Ele afirma que: "no conceito de democracia se encontra incluída uma concepção moderna da idéia de direito: a igualdade de direito de todos os que pertencem à coletividade, e, nela, o domínio da maioria encontra seu limite no que acaba, em cada caso concreto, no domínio popular. Quanto mais ela estiver aclimatada e dominar a consciência geral, tanto mais a democracia será igualmente importante como grau mais elevado de liberdade possível para todos". (GREBING, 1977, p. 177) Para Bernstein a democracia é mais do que um meio para a efetivação dos interesses do proletariado. Os traços essenciais de uma ambicionada ordem estatal socialista, se lhe apresentam aqui. É partindo daí que ele se volta contra o conceito da "ditadura do proletariado", pois se a 'ditadura' do proletariado significa o domínio do povo no interesse de todos, observando-se os direitos da minoria; então seria melhor empregar logo o conceito democracia. "A democracia é meio e fim ao mesmo tempo. Ela é o meio da luta do socialismo e ela é a forma da realização do socialismo". (GREBING, 1977, p. 178)

Muito embora muitos companheiros do partido não admittissem renunciar à fórmula final "ditadura do proletariado" e Bernstein fosse contundentemente criticado - exatamente neste ponto - não foi sua a defesa enfática da democracia o que provocou a oposição, e sim, suas conclusões tidas como não justificadas. Considerando-se que o detentor do direito de voto tem parte na comunidade, Bernstein acreditava poder dizer que com o tempo esta virtual "participação" teria que levar a uma "participação

real". Uma vez que se tenha lutado primeiramente pelo direito democrático de voto, e com isso esteja realizada uma parte da democracia, isto atrairá para si outras conquistas democráticas, "como um ímã atrai o ferro". Em relação aos avanços democráticos na Inglaterra, Estados Unidos da América, França, Suíça e países escandinavos, ele verificou que: "a democracia é principalmente a abolição do domínio das classes, embora não implicando na abolição factual das classes". (GREBING, 1977, p. 180). Ele postula então a possibilidade de haver estruturas de domínio divergentes no sistema político e na Economia. Uma democratização das estruturas políticas atrai para si, forçosamente, a abolição do domínio de classes que é justificado economicamente.

Bernstein não inclui em suas considerações a possibilidade de regressão. O passo a frente para a melhoria é dado com a introdução irrevogável do direito de voto. Quase de uma maneira idílica a descrição de Bernstein da realização do conflito nas democracias burguesas supõe que: "na democracia os partidos aprendem, e as classes que se encontram atrás dos mesmos, em breve conhecerão os limites de seu poder e sempre se proporão apenas aquilo que elas puderam realizar efetivamente de um modo racional e de acordo com as circunstâncias". (GREBING, 1977, p. 180) Bernstein à sua maneira "revisionista" divide o otimismo histórico da social-democracia anterior à guerra. Apesar dele não acreditar no esfacelamento inevitável da sociedade burguesa, a vitória do socialismo é certa. Não se deve impedir este desenvolvimento apenas por uma fraseologia revolucionária, e sim adequar a ideologia do partido à sua política prática. Pois... "toda a atividade prática da social-democracia vai até o ponto de criar estados e pré-condições que devem

garantir e possibilitar uma transição da ordem social atual, moderna (livre de rupturas convulsivas) para um nível mais elevado"... (BERNSTEIN, 1973) ², Bernstein temia rupturas convulsivas caso se tentasse a tomada social dos meios de produção, sob a orientação do Manifesto Comunista e dos escritos de Marx e Engels nos anos 40 do século XIX. Sem a formação das instituições democráticas, o processo de socialização seria presumivelmente acompanhado de uma "devastação em massa das forças produtivas, experimentação e violência sem sentido". O domínio político da classe trabalhadora poderia então se realizar realmente... "na forma de uma violência central revolucionária e ditatorial apoiada pela ditadura terrorista de clubes revolucionários". (BERNSTEIN, 1973, p. 190)

Como alternativa ao revolucionarismo, Bernstein recomenda a dissolução gradativa da antiga ordem social por meio da organização e lei. (BERNSTEIN, 1973, p. 197) ³ Sobretudo, trata-se aqui de se esclarecer que a social-democracia não ambiciona uma

2 - Papacke (1979) observa: "Bernstein parece ter forjado seus planos de transição para um território livre de dominação. Isto não foi uma conta sem o anfitrião? Ele aclamou calmamente aos cidadãos que nas intensões revisionistas tratava-se apenas da 'dissolução gradativa por meio da organização e da lei. E ele queria de seu partido que o mesmo abrisse mão ao mesmo tempo das velhas fraseologias agressivas. Não se tratava de que o SPD se mostrasse mais adaptado, conforme Bernstein sempre colocava; e sim do fato de que os poderosos não aceitariam uma derrota definitiva dos próprios privilégios sem se defender.

3 - Braunthal chama a atenção para o fato de que isto era uma concepção totalmente nova dentro do movimento trabalhista: "A teoria do desenvolvimento gradual do capitalismo ao socialismo tinha sido desenvolvida antes de Bernstein por socialistas franceses, italianos e ingleses; Malor, Brousse, Millerand e Dauriz na França, Turati na Itália e Fabier na Inglaterra". (Braunthal, 1961, p. 274)

revolução violenta contra todo o mundo não proletário. Existem diferenciações dentro do bloco burguês e o SPD deveria se prevalecer delas para seus fins de aliança. Contudo, não no sentido de que com os parceiros burgueses liberais surja um medo justificado de uma mera instrumentalização para os objetivos do partido. "Educam-se maus companheiros quando se lhes explica que nós queremos ajudar vocês a destruir o inimigo, mas logo a seguir destruímos vocês". (BERNSTEIN, 1973, p. 197).

As concepções de Bernstein sobre a transformação social incluem explicitamente como sujeito social 'camadas não-proletárias'. Aqui manifesta-se um conceito de transformação que foi mais desenvolvido ainda nas concepções posteriores da frente popular. Com os marxistas ortodoxos da maioria do partido, as palavras de Bernstein contra uma "expropriação violenta, paralela e geral", foram contudo encarados como a aproximação aos "liberais" (FREISINN).

E a outros grupamentos liberais, dos quais um apoio à revolução proletária, podia ser imaginado com muita dificuldade.

Durante a convenção do partido em Stuttgart em 1898 e particularmente a de Hannover em 1899 - os escritos de Bernstein tinham surgido e sido reunidos pouco tempo antes - houve uma oposição massiva às teses de Bernstein. Ouviam-se até mesmo vozes solicitando a exclusão de Bernstein do partido. (KAUTSKY, 1971) O debate de quatro dias introduzido por uma exposição de Bebel (que durou 6 horas), não conseguiu, entretanto, por um ponto final nas desavenças. Nos anos seguintes a discussão sobre a estratégia correta vinha sempre no centro das convenções do partido e foi aprofundada pelas publicações de seus teóricos. Participava também aí Rosa

Luxemburg, a qual era na época pouco conhecida dentro da social-democracia alemã. Duas séries de artigos de sua autoria surgiram na Gazeta Popular de Leipzig e foram publicadas em 1899, também em forma de brochuras. Seu título provocante chamava-se: "Reforma Social ou Revolução".

O ponto de partida de uma cadeia de conclusões estratégicas erradas de Bernstein é, segundo R. Luxemburg, a postulação desse na capacidade de evolução do capitalismo. Segundo ela, ao negar-se a necessária derrocada do capitalismo, surge a questão: "Porque e como é que nós ainda chegaremos ao objetivo final de nossas ambições?". (LUXEBURG, 1899)

Bernstein não compreende que a introdução de uma ordem social socialista tem como pré-condição indispensável a exacerbação das contradições intrínsecas à economia capitalista. A teoria central de Marx para a análise do desenvolvimento da formação social capitalista, a qual constatou um agravamento crítico da relação entre forças produtivas e relação de produção, é posta de lado por Bernstein.

"Porém, o que é então", pergunta-se R. Luxemburg, a chave mágica de Marx que lhe abriu os segredos mais profundos de todos os fenômenos capitalistas, e que lhe permitiu solucionar com facilidade problemas dos quais os maiores expoentes da economia clássica burguesa como Smith e Ricardo sequer supunham a existência? Não é outra coisa senão a compreensão de toda a economia capitalista como um fenômeno histórico, a saber, não apenas para trás, conforme o entendia no melhor dos casos a Economia Clássica, e sim para frente, não apenas em relação ao passado econômico natural (2ª edição: econômico feudal, FB) e sim, também, em relação ao futuro socialista. O segredo do ensinamento valoroso de

Marx, de sua análise do dinheiro, de sua teoria do capital (2ª edição, acrescida de sua teoria da margem de lucro, FB) e assim de todo o sistema econômico é a transitoriedade da economia capitalista e portanto sua derrocada é apenas o outro lado do objetivo final socialista". (LUXEBURG, 1899, p. 415) Perguntemos se R. Luxemburg não ultrapassou aí as interpretações sobre Marx e agravou unilateralmente a teoria da crise, do mesmo, numa teoria do esfacelamento. O aspecto cíclico do processo de acumulação perde-se em suas exposições em favor de um modelo marcadamente evolucionista que se desenvolve dentro das contradições econômicas que acabam numa solução final. Segundo R. Luxemburg o desfecho da dialética, de forças produtivas e relações de produção é prognosticável. E inclui a fase produtiva e suas antíteses, (enraizadas nas relações sociais), na síntese qualitativamente nova da ordem socialista.

As análises de Marx dos fatores opostos à queda da margem de lucro⁴ é que deveriam ter enfraquecido tal esquematização dialética, pois tais fatores possibilitaram, a princípio, uma situação econômica de fases de valorização e desvalorização que se revezam entre si, o que - visto sobre um longo tempo decorrido - pode apresentar traços estagnativos.

Simplificando, poder-se-ia dizer que a 'função purificadora da crise' (Karl Marx) pode se tornar repetidamente estabilizadora do sistema, em dis

4 - Marx exemplifica seis causas que se opõem à queda da margem de lucro: 1 - O aumento de grau de exploração do trabalho, 2 - A diminuição do salário do trabalho sob o valor da mão de obra, 3 - O barateamento dos elementos do capital constante, 4 - A superpopulação relativa, 5 - O comércio externo e 6 - O acréscimo do capital de ações (Marx, 1956, vol III).

tâncias irregulares. (ALTVATER, 1973) Além disso, surgem impulsos de mudança econômica a partir do espaço político, ou seja, de pessoas que intervêm conscientemente no processo econômico.

R. Luxemburg, em sua dedução do socialismo, parte de uma derrocada necessária da economia capitalista, em conformidade aí com a posição dos 'marxistas-ortodoxos'.

A justificativa científica do socialismo, R. Luxemburg vê junto à anarquia crescente da produção capitalista e junto à socialização progressiva do processo de produção e no poder crescente a consciência de classe do proletariado. (LUXEMBURG, 1899) A ação subjetiva do trabalhismo organizado não pode, entretanto, influenciar de acordo com sua convicção a marcha objetivamente delineada do desenvolvimento da história, e sim, aparece na concepção de R. Luxemburg (ã época da controvérsia em torno do revisionismo) como órgão executivo da necessidade histórica. Ela voltou-se tenazmente contra a convicção de Bernstein, o qual acentua o papel da compreensão do inconveniente social e a vontade de alcançar o ideal da sociedade socialista, e assim, despreza as leis do desenvolvimento postuladas e objetivas.

Bernstein constrói "uma justificativa do programa socialista através da 'compreensão pura'; ou, simplificando, uma justificativa idealista, enquanto que a necessidade objetiva, ou seja, a justificativa através da marcha do desenvolvimento social e material, desaparece". (LUXEMBURG, 1899, p. 377)

Quando se considera que dos escritos de R. Luxemburg sempre são citadas aquelas 'passagens', onde ela acentua exatamente a importância da ação subjetiva, e se sabe que de suas determinações estratégicas, é que se tentou filtrar alguma coisa

tipo teoria de espontaneidade, não se pode fazer uma indicação clara o suficiente sobre sua ligação ideológica com o marxismo da "Segunda Internacional".

Pelo menos até a Revolução Russa de 1905 e nas discussões em torno das estratégias para as greves de massas, ela se mostra como uma parceira confiável dos marxistas ortodoxos - como Kautsky dentre outros - na luta contra o 'oportunismo' dos revisionistas e o 'Blanquismus' das correntes anarquistas. "A social-democracia" segundo escreve R. Luxemburg, "deduz seu objetivo final não da violência vitoriosa da minoria e também não do sobrepeso numérico da maioria, e sim da necessidade econômica e do exame da necessidade que leva à abolição do capitalismo através da massa popular, e que se expressa sobretudo através da anarquia capitalista". (LUXEMBURG, 1899, p. 413)

O pessimismo histórico em relação à flexibilidade do capitalismo por parte dos dirigentes da Segunda Internacional e à respectiva expectativa de uma breve derrocada, tendo como consequência a revolução proletária, não foi na realidade compartilhado por Bernstein, mas ele recebeu sua confiança social-democrata de outras fontes. O desenvolvimento gradativo da democracia deveria conseguir o que os mecanismos econômicos de força, em sua opinião, não estavam em condições de realizar: A construção de uma ordem social socialista. Bernstein em sua maneira peculiar divide a compreensão histórica, bem como os prognósticos históricos da social-democracia antes da guerra. Os pontos de concordância entre Kautsky, R. Luxemburg, e Bernstein eram aqui evidentemente maiores do que estes mesmos gostariam que fossem.

O otimismo de Bernstein quanto às possibili-

dades de desenvolvimento democrático rumo ao socialismo, baseia-se segundo a crítica de R. Luxemburg - em uma mera 'imaginação'. "Entre o desenvolvimento capitalista e a democracia não se pode construir nenhuma relação absoluta interna. A forma política é sempre resultado da soma total de fatores políticos - internos e externos - e admite em suas fronteiras todas as escalas da hierarquia, da monarquia absoluta até a república" (LUXEBURG, 1899, p. 424). Não é apenas o fato de que a democracia seja somente uma das muitas formas políticas possíveis do capitalismo. Onde existe, ela até mesmo desempenhou seu papel crescente. A abolição dos diversos pequenos estados alemães e italianos para o que ela outrora prestou uma importante contribuição, e o entrelaçamento econômico sólido, neste meio tempo, torna a democracia supérflua. Da mesma forma - seguindo-se mais adiante R. Luxemburg - igualmente realizou-se a transformação da máquina estatal 'político-administrativa' num 'mecanismo capitalista'. Com isso as estruturas democráticas do Estado, como o direito de sufrágio universal ou a forma estatal republicana -, podem ser deixadas de lado, sem que isso prejudique a administração, as finanças e o setor militar.

O movimento liberal objetivando a democratização, é por isso, para R. Luxemburg não apenas supérfluo, mas também neste meio tempo, em escala crescente, contrário aos interesses burgueses. Ela escreve que: "a formação da economia mundial e a exacerbação e generalização da luta pela concorrência no mercado mundial tornaram o militarismo de terra e de mar ferramentas da economia mundial para o momento dominante, igualmente da vida interna e externa (em sua totalidade) dos grandes Estados. Caso a política mundial e o militarismo (sem

dúvida nenhuma, devido às necessidades e ambições econômicas do capitalismo) sejam uma tendência ascendente da fase atual, então a democracia burguesa deve se mover por conseguinte numa linha decrescente". (LUXEBURG, 1899, p. 425) Além da exacerbação das contradições políticas externas, o fortalecimento do movimento trabalhista, contribui para que a burguesia não se volte à democracia e sim à reação. O liberalismo burguês não é mais um apoio para a democracia, somente o movimento socialista - de acordo com R. Luxemburg - se encontra em condições, ao perseguir seus ideais revolucionários, de assegurar a democracia. O socialismo (e o movimento político em direção a ele) aparece nesta forma de compreensão como pré-condição da democracia. O próprio Bernstein mostra... "quão pouco a democracia burguesa pode significar, no sentido contrário, uma pré-condição necessária e condição do movimento e da vitória socialista". (LUXEBURG, 1899, p. 426)⁵

QUANTO À ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA ANTES DE 1914.

A década anterior ao início da primeira guerra mundial foi para a social-democracia sobretudo uma fase de estagnação. É verdade que por volta do

5 - Na biografia de R. Luxemburg Laschitzka e Radezun reconhecem de fato a crítica de R. Luxemburg como "oportunismo", mas ela não se deixou levar por avaliações erradas de ordem organizacional e política. Lá consta que "Ela não retirou consequências político-organizacionais a partir de seus conhecimentos sobre a essência do oportunismo, e sim esperou que - e esta suposição foi ilusória - com o desdobramento de uma luta revolucionária das massas do proletariado, o oportunismo poderia ser vencido de baixo para cima". (Laschitzka e Radezun, 1971, p. 176).

final do século XIX a tendência acelerada do crescimento dos filiados e eleitores continuou, (FRICKE, 1976) entretanto, este crescimento de poder não se mostrou tão efetivo na arena política real. Um indicador evidente para a inércia política do partido trabalhista alemão é o fato de que, apesar de todos os esforços, não se conseguiu abolir o direito prussiano de voto das três classes. As forças conservadoras na Alemanha guilhermina conseguiram isolar completamente a social-democracia, a qual primava por mudanças de fundamento social.

Não é de se admirar, portanto, que foram exatamente aqueles social-democratas interessados não somente em manter e expandir a organização, mas também no aumento de sua influência, que conduziram impacientemente a uma nova orientação estratégica. Paradoxalmente, a motivação política para os socialistas de esquerda e revisionistas se mostra aqui da mesma forma.

Nos debates do partido sobre a questão da licença de créditos evidenciou-se como a política futura do partido se apresentaria - sobretudo por parte dos sub-grupos do partido no sul da Alemanha. A fraseologia revolucionária, a qual impediu uma possível cooperação com forças liberais, deveria ser posta de lado em favor de um pragmatismo que se orientasse num êxito político e não nos princípios da "velha tática coroada de vitória", para a qual se atribuía uma crescente distância da realidade. Representados se sentiam aqueles social-democratas de Eduard Bernstein, o qual tinha com razão chamado atenção para a diferença entre a prática política e ideologia social-democrata. As irrelevantes fórmulas de juramento revolucionárias, em sua maneira de ver deveriam ser abandonadas e ser reconhecido o que o partido já conseguira na prática.

Disso os radicais de esquerda nada queriam saber; quanto mais oposição se fizesse contra a inércia política do 'centro marxista' do partido, tanto menos se cogitava uma revisão do marxismo social-democrata. Assim é que, os opositores de esquerda - quando se fazia oposição aos revisionistas - se achavam ao lado do centro do partido em torno de Bebel e de Kautsky. Não era a ideologia revolucionária que precisava de uma revisão, e sim sua utilização imperfeita. O centro do partido, que reunia numericamente a maioria dos membros, foi atacado pela direita e pela esquerda nas diversas camadas. De acordo com a situação do conflito podia virar-se contra os revisionistas ou contra a oposição da esquerda, o que dificultou um esclarecimento definitivo das divergências internas do partido, extraordinariamente, e tornou impossível uma solução das divergências internas até 1914. Rosa Luxemburg denominava aos social-democratas em torno de Kautsky de "lama" - uma alegoria que retrata satiricamente este estado de coisas.

O fato de que as argumentações da oposição de esquerda tinham freqüentemente somente um valor declamatório não era de se atribuir apenas (no mau sentido) ao papel transmissor do centro do partido. Os próprios radicais da esquerda desprezavam por completo as avaliações realistas da concepção de Bernstein e subjulgavam, além disso, o valor prático-político do marxismo propagado por Kautsky. A pureza básica valia para a oposição da esquerda mais do que a reflexão sobre como a constelação de forças políticas no império podia ser posta em movimento em favor da social-democracia. Porém, esta era exatamente a intenção de Bernstein, sobre a qual se poderia ter entrado num discurso político. A oposição da esquerda preferiu, no entanto, seguir

uma estratégia da separação contra os oradores revisionistas. Com isso eles contribuía para o enriquecimento não-produtivo de uma posição de 'frente', na qual havia naturalmente um interesse também da parte revisionista.

O impulso de reflexão de Bernstein, mais importante em nosso contexto, consistia na crítica do mesmo sobre a tese da quase auto-destruição automática do capitalismo. Ele desenvolveu sua teoria da elasticidade da sociedade burguesa, na qual ele preveniu de que não se devia construir uma estratégia de transformação social-democrata dependente de uma suposta catástrofe social. Bernstein expunha, com razão que a "grande algazarra" - a derrocada da economia capitalista - sempre invocada exatamente por Bebel, na qual a sociedade deveria cair, como fruta madura nas mãos do socialismo, era resultado de uma mescla do desejo utópico-histórico e da economia marxista simplificada.

A oposição de esquerda achava-se, contudo, demasiadamente mais proscrita do marxista da Segunda Internacional do que o fato de que ela poderia ter encarado este curso de idéias de outra maneira, que não a tentativa de uma 'reconciliação' com a sociedade burguesa. O comportamento prático das facções social-democratas das assembleias estaduais do sul da Alemanha durante os votos de concessão de créditos, confirmava esta avaliação e demonstrava, evidentemente, que o resultado político da heresia bernsteiniana só podia ser uma política oportunista. Havia aqui, entretanto, um grave erro, o qual - na medida em que ele passava a crítica bernsteiniana globalmente aos social-democratas de direita - contribuiu também para manter à distancia cada impulso inovador da social-democracia. R. Luxemburg acentuou explicitamente, em sua desavença com Berns-

tein, que não se poderia imaginar uma revolução sem um colapso econômico do capitalismo. Ela se voltou contundentemente contra a concepção de Bernstein de que seria possível aproximar-se gradativamente de uma sociedade libertada. À questão que ela levantou, "porque e como nós ainda chegaremos ao objetivo final de nossas pretensões?" ela queria responder apenas para si caso se persistisse na hipótese da crise final da sociedade burguesa, crise esta que não tinha uma data previsível, mas ocorreria com absoluta certeza. 'Uma revolução não se pode fazer' - esta era uma convicção básica irrefutável tanto da oposição de esquerda como do centro marxista.

R. Luxemburg não percebeu os componentes contrários à quietude da social-democracia no pensamento de Bernstein. Ela defendeu decididamente, na controvérsia revisionista, bem distante de uma defesa da 'teoria da espontaneidade' - a interpretação de Kautsky sobre o marxismo. As contradições entre a propaganda da esquerda radical da ação - a qual foi expressa sobretudo durante os debates da greve de massas - e a justificação do marxismo da Segunda Internacional não puderam ser negadas com o passar do tempo. A ruptura de R. Luxemburg com Kautsky - como pessoa e ideólogo do partido - não veio por acaso.

R. Luxemburg, a qual é mostrada na maioria das interpretações recentes como propagandista de um socialismo democrático, o era de fato somente numa escala bem reduzida, antes de 1914. Por outro lado, contra os revisionistas em torno de Bernstein, ela defendia a concepção de uma ditadura do proletariado como ambicionada forma de estado pós-revolucionário. Este sistema político visado deveria excluir as camadas burguesas da participa-

ção política. Pois assim, seguia R. Luxemburg inteiramente sensata, a retirada de todos os privilégios da exploração e opressão não é executada voluntariamente pelos seus detentores, medidas de forças seriam portanto inevitáveis. Medindo pelo critério da conquista e afirmação do poder político, esta posição pode ter uma determinada plausibilidade do seu lado, mas ela não correspondeu ao ideal de uma sociedade democrática. R. Luxemburg estava completamente ciente e queria ter a 'ditadura do proletariado' entendida, também, somente como fase de transição. Faltaram a ela, contudo, indicações de quando e sob que circunstâncias esta fase de transição encerra e o socialismo democrático inicia. Assim, a ditadura do proletariado permanece em sua concepção de transformação como objetivo evidente de uma transformação revolucionária. Ao discutir as experiências russas de 1917, no entanto, ela esclareceria e mudaria esta posição.

Também as reivindicações republicanas de R. Luxemburg proclamadas com veemência, com frequência e exatamente durante a campanha prussiana do direito de voto, aparecem numa luz contraditória. É claro que se facultava introduzir reivindicações republicanas contra as estruturas semi-feudais do Reich alemão, como por exemplo o direito de voto das três classes na Prússia, o que prejudicava a população trabalhadora. Seu princípio básico era o direito de voto universal, igual, direto e secreto. Outras reivindicações republicanas centrais se juntavam ao mesmo; dentre elas algumas das mais importantes eram os direitos de liberdade, de opinião, da imprensa, de associação e de reunião. Na medida em que - supondo-se utopicamente - tais objetivos (e alguns outros) tivessem sido realizados no Reich alemão, isto teria na realidade como resultado uma

república alemã e não a ditadura do proletariado, conforme R. Luxemburg e seus correligionários na ala esquerda propagavam paralelamente. Este estado de coisas permite as seguintes interpretações: ou se trata, nas reivindicações republicanas, de objetivos levantados a partir de razões de oportunidades políticas que o sistema autoritário do Estado deveria simplesmente por em dificuldades de legitimação - e isto não estava cogitado de maneira franca e real na sua realização ou a forma de Estado republicana era cogitada como sistema de transição política precedente à 'ditadura revolucionária', - portanto, de certa forma, a transição para transição, ou ainda, trata-se pura e simplesmente de uma contradição política. A variedade das afirmações contraditórias de oposição de esquerda a esta problemática que portam com frequência, além disso, somente caráter accidental e foram sistematizados ao máximo por R. Luxemburg, chega à quase conclusão de que não se estava inteiramente a par da relação entre a república e a ditadura do proletariado. Um esclarecimento possível deste problema que se tornava (em novembro de 1918 isto era um fato) importante numa situação social realmente revolucionária, foi dificultado pela seguinte circunstância:

Marx tinha acentuado durante a desavença com o socialismo utópico do século XIX, que seria impossível ultrapassar voluntariamente as relações sociais objetivas, caracterizadas respectivamente por estruturas econômicas específicas. Seria impossível apresentar uma idéia ao desenvolvimento histórico real, pela qual este se orientaria. Concepções políticas só poderiam ser realizadas se elas estivessem de certo modo preparadas economicamente. O movimento comunista, cujos objetivos Marx e Engels delinearão no Manifesto Comunista de 1848, não

se dirigia, com os delineamentos utópicos, à sociedade de classes existente e sim seria "o movimento real que elimina o atual estado de coisas". (MARX, ENGELS, , v. 3, p. 35) Nos manuscritos de Paris e outras publicações dos anos 40 Marx se voltou contundentemente contra os esboços históricos do futuro, que ignoravam o nível de maturidade das relações de produção. Eles eram, para ele, teorias especulativas, cujo caráter ilusório não podia de forma alguma influenciar a marcha real da história.

Conseqüentemente, Marx se dedicava então nos anos 50 aos estudos políticos-econômicos, cujo objetivo era analisar as leis internas de movimento da sociedade burguesa. Marx acreditava poder constatar que as contradições dentro do modo de produção capitalista entre as formas de produção desenvolvidas pelo mesmo (modo de produção) e as relações de produção, exigiram uma solução na qual a absorção privada do excedente não se opunha à forma coletiva de produção. A socialização crescente da produção requer, ao contrário, relações sociais adequadas. A emancipação da força produtiva proletária, do estado social capitalista que a algemava, era objetivamente necessária e historicamente possível no crescente agravamento das contradições imanentes do capitalismo.

A quietude da social-democracia alemã tem aqui, pelo que concerne à justificativa ideológica, sua fundamentação teórica. O componente da intervenção política consciente estava totalmente sub-desenvolvido dentro do instrumento político do SPD. E porque desenvolver então uma estratégia de intervenção política, se a história já garante o sucesso da classe trabalhadora? Precisava-se, de certa forma, apenas de se estar preparado para, "quando a grande hora se aproximar," exercer o domí-

nio e utilizá-lo para o bem dos trabalhadores. A confiança na vitória foi fortalecida pela afluência constante de associados e eleitores. Somente os descrentes podiam duvidar da vitória do socialismo. Nas fileiras da oposição de esquerda ninguém punha isto também em dúvida; é verdade que havia quem se mostrasse reservado frente ao otimismo de Bebel, o qual esperava o socialismo ainda durante sua existência; no entanto, todos estavam unidos quanto ao prognóstico final: o socialismo era o resultado irrefutável da história.

Debates estratégicos sobre a questão de como a "ruptura revolucionária" (R. Rossanda) deveria se realizar foram rejeitados na maioria dos social-democratas. (BAUMEISTER, 1976) A oposição de esquerda não tinha mais muito para recomendar antes de 1914, do que uma 'maneira de andar mais enérgica'. Suas contribuições para os debates da greve de massas são testemunhos disso. (GRUNEMBERG, 1970) Aqueles dentro do partido que ainda tinham as idéias mais desenvolvidas de uma estratégia da transição, eram - estranhamente - os revisionistas. Se estes com suas sugestões políticas não tivessem entrado num vácuo, a controvérsia em torno do revisionismo teria certamente ficado num episódio. No entanto, sua concepção de uma reformulação gradativa da sociedade, de uma evolução democrática que tentou incluir forças burguesas, mostrou-se relativamente de uma maneira realista, ao lado da esquemática histórica do centro marxista e da oposição de esquerda. A crise constante interna do SPD, nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial alimentava-se das fraquezas estratégicas de todo o partido e levou finalmente a um bloqueio mútuo de todas as correntes de perspectivas existentes no partido.

As causas para a crise da social-democracia foram examinadas por Rosa Luxemburg numa brochura redigida em abril de 1915. (LUXEMBURG, 1916, v. 4)

Sob as condições do estado de sítio, este estudo deve ter sido impresso ilegalmente na Suíça e só pôde surgir em 1916. O pseudônimo escolhido por R. Luxemburg deu o nome à escrita extremamente importante para a própria definição da oposição de esquerda: As brochuras-Junius.

R. Luxemburg expôs que a aprovação do SPD aos créditos de guerra adotada em consequência da trégua foi uma "catástrofe mundial". (LUXEMBURG, 1916, p. 53) - a capitulação completa da Segunda Internacional. A derrota do movimento trabalhista de 1914 encerrou um período de 45 anos de formação de partidos de massas modernos em todos os países europeus.

O esmagamento da Comuna de Paris tinha introduzido esta fase, na qual a social-democracia alemã tornou-se reconhecidamente o mais importante esteio do movimento trabalhista europeu. Ela dispunha tanto da maior organização, como de teóricos internacionalmente respeitados. E exatamente a "seção alemã" da Internacional entrou com todas as consequências ao lado dos partidos conservadores e anti-socialistas que ela tinha combatido durante décadas, para defender com eles "o interesse nacional" do Reich alemão, na primeira guerra mundial.

Na exposição de R. Luxemburg de 1915/1916 contrastavam claramente as lembranças do brilhante papel do SPD na Segunda Internacional e suas declarações avassaladoras sobre o SPD de 1914... "O que nós vivenciamos na Alemanha quando a grande prova histórica surgiu? A queda mais profunda, o esfacelamento mais violento. Em nenhum lugar a organização do proletariado se encontra tão inteiramente

estendida em torno do imperialismo, em nenhum lugar a imprensa esteve tão oprimida, a opinião pública tão estagnada, a luta de classes política e econômica da classe trabalhadora completamente tão abandonada quanto na Alemanha". (LUXEMBURG, 1916, p. 55)

No entanto, a renúncia da luta de classes pela social-democracia, para Rosa Luxemburg, seria apenas uma aberração da história, a 'lei rigorosa da história' assegura à classe trabalhadora a 'vitória final'.

Podia-se extrair das brochuras de Junius o quanto custou a R. Luxemburg a assimilação dos acontecimentos inesperados, os quais não deveriam ter se tornado realidade 'autêntica', se a 'história' tivesse se efetivado de acordo com as suas leis intrínsecas. É verdade que R. Luxemburg e seus correligionários sempre contaram com o fato de que as circunstâncias contrárias e uma política errônea poderiam levar a atrasos temporários. Toda a sua política de oposição interna partidária estava motivada ultimamente exatamente para remover através do próprio partido os obstáculos criados ao caminho para o 'objetivo final'.

Porém a capitulação do SPD por um lado e a possível realização dos interesses do domínio capitalista - quase não molestada por aquela - por outro lado, era mais do que uma fraqueza temporária do movimento trabalhista. Diante dos olhos de R. Luxemburg se realizou um fiasco histórico, para cuja explicação o instrumentário ideológico do marxismo pré-guerra não oferecia mais ponto de apoio. A plausibilidade, a qual tinha a seu lado a crença no progresso da Segunda Internacional, devido às organizações trabalhadoras que sempre se tornavam crescentes e mais influentes, tinha se perdido. A

evocação de R. Luxemburg da lei histórica que atuava sempre no sentido da classe trabalhadora, soava sem forças. Sua tese de que apesar da 'traição de 4 de agosto', a vitória final do socialismo estaria assegurada historicamente pode-se aceitar ou não aceitar.

Todos os argumentos que a própria história fornecia dia após dia pareciam indicar exatamente o contrário. Quanto tempo uma exceção histórica - uma aberração, conforme R. Luxemburg o denomina - pode durar e até que ponto ela deve chegar para não levar as leis postuladas ao absurdo? Se a 'essência' afirmada da história não aparecer ou realizar-se de tal forma contraditória que com igual direito a ação de outras leis ou a ausência da lei histórica sequer poderia ser suposta, a decisão por uma ou outra variante da explicação dos recursos históricos cairá na arbitrariedade.

A própria R. Luxemburg sente a contradição entre a filosofia da história da Segunda Internacional e os acontecimentos, cuja análise ela conduz. "Mais uma guerra assim", ela escreve, "e as perspectivas do Socialismo estarão sepultadas sob as ruínas amontoadas da barbaridade imperialista". (LUXEMBURG, 1916, p. 163) O abalo da crença em um êxito que surgiria mais cedo ou mais tarde da missão histórica da classe trabalhadora, não pode ser expresso, na realidade, de modo mais evidente do que nestas linhas.

A barbaridade, a destruição essencial daquilo que é geralmente denominado de civilização, apesar de suas desigualdades e deformações baseadas na estrutura de classe, aparece como historicamente possível. Uma observação no Manifesto Comunista de Marx e Engels referente à luta de classes passadas, a qual podia ser citada com frequência, mas que no

seu alcance nunca pôde ser entendida de fato, porque faltavam de certa maneira as possibilidades de visão histórica, surge a uma nova luz. Consta lá que: "A história de toda a sociedade até o presente momento é a história da luta de classes. Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, patrão e servos, mestre de corporação e companheiros, resumindo - opressores e oprimidos estiveram em constante antagonismo entre si, conduziram uma luta contínua, ora às escuras, ora às claras, uma luta que terminou toda vez com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com a queda conjunta das classes combatentes". (MARX e ENGELS, 1956, p. 462)

Nada mais do que esta possibilidade da queda conjunta das classes combatentes faz alusão a indicação de R. Luxemburg para uma barbarização social ameaçadora. A concepção histórica determinista, marcada teleologicamente, do marxismo da Segunda Internacional, é questionada a princípio com isso. O desfecho da história, que para Marx era apenas o verdadeiro início da história de uma humanidade vinda para si mesma, está aberto à vitória do proletariado ou das classes dominantes, ou à queda de ambos, tudo é possível como resultado da dialética histórica. R. Luxemburg avaliou esta dolorosa experiência, porém de uma maneira inteiramente contraditória. Além da necessidade ambicionada para a emancipação da sociedade, ela via a ação histórica de uma segunda necessidade, a qual objetivava exatamente o contrário".

"A dialética histórica", escreve R. Luxemburg, "movimenta-se em contradições e coloca para cada necessidade também o seu oposto no mundo. O domínio burguês é sem dúvida uma necessidade histórica, mas também a rebelião da classe trabalhadora

contra ela; o capital é uma necessidade histórica, mas também o seu coveiro, o proletário socialista: o domínio mundial do imperialismo é uma necessidade histórica, mas também sua queda pela Internacional Proletária. A cada passo há duas necessidades históricas que caíram em antagonismo entre si, e a nossa, a necessidade do socialismo, tem um fôlego mais longo". (LUXEMBURG, 1916, p. 160).

Na terminologia social-democrata tradicional, R. Luxemburg expressa algo novo: na medida em que ela compreende como necessidade histórica as estruturas sociais (imperialismo) que se opõem a uma emancipação do proletariado, a qual não sem problemas abre alas à necessidade do socialismo, ela põe em questão a teoria da história, que se movimenta inevitavelmente para o objetivo final do proletariado. Duas necessidades antagônicas no processo histórico impossibilitam uma declaração sobre o desfecho deste antagonismo. Porém R. Luxemburg foi uma política bem mais do que o fato de que ela teria deixado em aberto as questões levantadas por ela: nossa necessidade, ela assegurava, tem um fôlego mais longo.⁶

6 - A "política trabalhista" de Bremen trouxe uma discussão da "brochura Junius" em: Arbeiterpolitik, Nro. 6, 7, 8 de julho, 5 de agosto e 12 de agosto de 1916 sob o título "In Fangnetz der W. dersprüche, Karl Padek advertiu aqui Rosa Luxemburg de propagar meramente um caminho nacional para a revolução. As advertências não são, contudo, fundamentadas.

CRÍTICAS DE ROSA LUXEMBURG À TEORIA DA DITADURA BOLCHEVISTA.

A primeira fase da Revolução Russa foi introduzida algumas semanas antes da fundação do USPD. Com a queda do czarismo, em fevereiro de 1917, foi erigido o 'domínio duplo' que durou até a Revolução de Outubro com o soviete dos delegados, dos soldados e trabalhadores em Petrogrado de um lado, e o governo provisório sob G. J. Lvov de outro.

R. Luxemburg saudou a Revolução de Fevereiro que tinha posto de lado o absolutismo burocrático do Czar, mas em seus olhos só podia ser o prelúdio para os demais avanços revolucionários. (LUXEMBURG, 1917) Ela entendia os acontecimentos revolucionários de fevereiro e março como continuação lógica da Revolução estagnada de 1905. A "velha toupeira" - assim se chamava o título de um artigo de maio de 1917 - deu continuidade à sua agitação clandestina dirigida contra o domínio burguês.⁷ Concordando plenamente com Lenin, ela tinha a 'ditadura do proletariado' como o próximo objetivo a ser alcançado na Rússia. Contudo, ela só conseguia imaginar uma revolução russa vitoriosa como parte de um processo internacional. Caso não se conseguisse apoiar a Revolução Russa através de ofensivas revolucionárias na Europa Ocidental, aquela estaria... "condenada a uma derrota atordoante, contra a qual o destino da Comuna de Paris deveria ter sido uma brincadeira de criança". (LUXEMBURG, 1917, p. 279) Contra a inter-

7 - "Através do advento da Revolução Russa foi eliminado o ponto morto em que a situação histórica tinha caído com a continuação da Guerra Mundial e com o fracasso paralelo da luta de classes proletária". (Luxemburg, 1917, p. 259).

nacionalização da Revolução na Rússia, no entanto, não se encontrava fatores que a negassem: o seu grave fator deve ter sido a não-disposição dos partidos social-democratas, da antiga Internacional, de se imiscuir efetivamente num processo revolucionário, conforme os bolcheviques tentaram forçá-lo. Uma política revolucionária não podia ignorar estas organizações "social-patrióticas", porém sua influência sobre a massa continuava sendo enorme e as possibilidades de influências políticas da oposição de esquerda estavam reduzidas a pequenos centros.

"Não se pode fazer uma revolução", era a argumentação de defesa dos social-democratas ligados a Ebert e Sheidemann. R. Luxemburg concordava inteiramente com essa posição. De acordo com sua opinião, uma transformação social básica também só podia ser resultado de desenvolvimentos históricos, os quais não deviam ser influenciados segundo seu bel-prazer. Porém mais decisiva do que antes de 1914, R. Luxemburg investiu contra as consequências políticas de uma interpretação errada das 'leis históricas objetivas',⁸ que legitimou uma passividade política.

Uma política de espera por si só deveria mais cedo ou mais tarde levar a uma estratégia de se evit^{ar} a revolução. Os partidos socialistas teriam suplantado o componente de uma ação política de objetivo claro e se transformado... "no meio mais efetivo para a paralisação das massas, portanto num fator contra-revolucionário. O socialismo internacional atua

8 - Assim se expressa R. Luxemburg ao mirar os social-democratas alemães: "evidente que as revoluções não se deixam comandar (...) o dever é apenas dizer, a qualquer hora e sem medo, como a realidade é, ou seja, mostrar clara e enfaticamente às massas as suas tarefas no momento histórico dado, proclamar o programa de ação política e os que resultam da situação. (Luxemburg, 1970, p.).

va realmente desde o início da Primeira Guerra Mundial como o vigilante mais confiável do domínio de classes burguês". (LUXEMBURG, 1970, p. 289)

Somente a política de uma fração da Internacional Socialista se achava estável antes da crítica de R. Luxemburg, a ala radical dos social-democratas russos sob Lenin. Contudo, R. Luxemburg não se deixava induzir, no sentido de aceitar sem críticas todas as medidas concretas dos bocheviques. Pelo contrário, claramente se configura em sua análise das estruturas que vão se formando lentamente da "ditadura do proletariado", uma diferença básica à concepção do estado bolchevista. A crítica de R. Luxemburg se refere a três pontos fundamentais:

- 1 - A dissolução da Assembléia Constituinte,
- 2 - Direito de voto limitado,
- 3 - A abolição (não-garantia) da liberdade de imprensa e a restrição ao direito de associação e de reunião.

Os bolcheviques tinham dissolvido em novembro de 1917 a Assembléia Constituinte eleita antes da Revolução de Outubro. A justificativa levantada por eles para esta atitude foi que as relações da maioria, nesta assembléia, não correspondiam mais às reais relações de forças políticas. De fato R. Luxemburg demonstrou compreensão para esta medida e sua justificação, contudo, ela se defende contra o fato de seguir a argumentação de Trotsky, no sentido de que uma Assembléia Constituinte deveria, em geral, ser recusada.

"Certamente", ela primeiramente concorda com os bolcheviques, "toda instituição democrática tem seus limites e defeitos, no que ela tem em comum com algumas instituições humanas. Só que o remédio que Trotsky e Lenin acharam, a liquidação da democracia em si, é ainda pior do que o mal a que ela deve levar:

é que ele obstrui a própria fonte viva, a partir da qual todas as imperfeições inatas das instituições sociais podem ser corrigidas em si: a vida política ativa desimpedida, e enérgica das massas populares mais amplas". (LUXEMBURG, 1970, p. 355) Para representar sua vontade política, R. Luxemburg considera com direito não apenas aqueles que se acham totalmente atrás do partido, mas também aqueles que ainda se tratasse de arrebatado; Neste sentido, o ideal democrático da inclusão de todos os cidadãos - ou conforme ela formulou de forma reduzida: das massas mais amplas - estava mais próximo dela do que a concepção dos bolcheviques, relativa a um domínio da elite revolucionária. Isto ela evidenciou também em sua crítica ao direito de voto elaborado pelo governo soviético.

Na constituição decretada a 10 de julho de 1918 foi reconhecido o direito de voto (ativo e passivo) às seguintes pessoas: "todos aqueles que custeiam seu sustento de vida do trabalho produtivo e útil à sociedade, igualmente pessoas que executam serviços domésticos, através do que o trabalho produtivo seja possibilitado aos primeiros, como: trabalhadores e empregados de todas as espécies e categorias que trabalham na indústria, no comércio e na agricultura; camponeses e cossacos agricultores, contanto que eles não se sirvam do trabalho remunerado para obtenção de lucro". (LENIN, 1973, p. 254) R. Luxemburg tinha esse direito de voto como um "estranho produto da teoria da ditadura bolchevista", pois numa situação em que sequer era possível empregar também todos aqueles que procuravam trabalho, o que se apresentava de forma tal que as guerras e as convulsões sociais jogaram camadas inteiras de trabalhadores e camponeses ociosos e sem perspectiva num mercado de trabalho incapaz de ab-

sorvê-los, um direito de voto orientado no critério do trabalho produtivo teve de levar à eliminação destas camadas da vida política. Numa anotação à parte, R. Luxemburg formulou em poucas palavras a alternativa apontada por ela: "tanto os soviêtes como espinha dorsal, quanto os constituintes e o direito de voto geral". (LUXEMBURG, 1970, p. 358) A idéia de R. Luxemburg de uma 'ditadura do proletariado' pode ser entendida como forma mista de elementos ditatoriais (como medidas necessárias para a transição) e estruturas republicanas. Os direitos clássicos de liberdade democrática (liberdade de imprensa e de reunião) ela não queria sacrificar à ditadura revolucionária, apesar de todas as medidas que pareciam necessárias sob o ponto de vista da luta pelo poder. O domínio de amplas massas populares - portanto não apenas do proletariado industrial - era inimaginável para ela sem a vida desimpedida para se associar e se reunir.

"Lenin e Trotsky", assim R. Luxemburg (em frases que já tinham se tornado quase clássicas) resume sua crítica à teoria da ditadura bolchevista, "instalaram os soviêtes como a única instituição verdadeira das massas trabalhadoras no lugar das corporações representativas provenientes das eleições populares universais. Mas com a asfixia da vida política em todo o país, também a vida nos soviêtes deve moderar-se cada vez mais.

Sem eleições gerais, liberdade de imprensa e de reunião desimpedidas e luta de opinião livre, a vida parece em qualquer instituição pública, torna-se vida aparente em que a burocracia por si fica como o elemento ativo. A vida pública adormece gradativamente, algumas dúvidas de dirigentes do partido de energia inesgotável e idealismo sem fronteiras dirigem e governam. Entre eles, dirigem na

realidade, uma dúzia de cabeças extraordinárias e uma elite dos trabalhadores é convocada para reuniões, de época em época, a fim de aplaudir as palavras do líder e aprovar unanimemente as resoluções apresentadas, no fundo, portanto, um compadrio - positivamente uma ditadura, mas não a ditadura do proletariado, e sim a ditadura de alguns políticos, ou seja, a ditadura no sentido puramente burguês, no sentido do domínio jacobino...". (LUXEMBURG, 1970; BEDESCHI, 1974).

As perspectivas objetivadas em Rosa Luxemburg, que estavam lado a lado, sem relações, antes da Revolução de 1917 (a república de um lado e a ditadura do proletariado de outro), aprofundam uma síntese na discussão com as estruturas políticas da Rússia revolucionária. Os elementos centrais da tradição democrática da Europa Ocidental, Rosa Luxemburg quer ver ligados com a ditadura da classe - conforme ela assim o denomina. Esta ditadura da classe ela coloca explicitamente contra a ditadura do partido, a qual somente pode levar ao domínio de uma minoria sobre a maioria, muito embora os atores políticos não desejem tal intenção. A democracia formal das sociedades capitalistas não devia ser eliminada e sim, ser preenchida com conteúdo real. Neste sentido, o processo de democratização não deve começar apenas quando o alicerce econômico estiver maduro, e sim, imediatamente, por ocasião da tomada de poder. O conceito 'ditadura do proletariado' se dissolve em Rosa Luxemburg na 'democracia socialista'. (BERNSTEIN, 1973) A questão de Bernstein sobre a utilidade de um conceito de ditadura, quando esta significa meramente democracia, parece se repetir aqui. A transformação revolucionária não ameaça - seguindo-se as reflexões de Rosa Luxemburg - as estruturas parcialmente democráticas (que se

acham sobre a superfície) das sociedades de classes; e sim objetiva, pelo contrário, a superação radical das estruturas econômicas e políticas da dominação. Este conceito de transformação, na medida em que ele não exclui medidas de forças temporárias para forçar a dissolução das relações de classes, contém também elementos ditatoriais. Este componente ditatorial Rosa Luxemburg - e neste sentido ela difere bem mais que apenas gradualmente dos bolcheviques - ambiciona manter tão pequeno quanto possível.

A crítica de Rosa Luxemburg à teoria (e prática) da ditadura bolchevista, que ela tinha desenvolvido na prisão, permaneceu desconhecida a amplos setores do movimento trabalhista alemão, numa época em que teria sido de grande importância, a saber, antes de novembro de 1918. Tal crítica só seria conhecida quatro anos após sua morte, através do artigo crítico mais abrangente sobre a revolução russa "Zur russischen Revolution" editado em 1922 por Paul Levi.

PRECURSORES DO MOVIMENTO DE CONSELHOS ALEMÃES.

Os conselhos de soldados e trabalhadores espalhados por toda a parte no Reich alemão, em novembro de 1918 ainda não tinham existido, até aqui na história alemã, como corporações constituídas de representações políticas. O desenvolvimento do movimento de conselhos alemães não pode, entretanto, ser compreendido isoladamente. Foi a Revolução Russa, que se desenvolvia (já com uma diferença de tempo de um ano) com os soviêtes - típicos para ela como portadores do poder revolucionário que forne-

ceu um modelo da marcha revolucionária aos soldados e trabalhadores revoltados na Alemanha, o qual prometia êxito. Waldmann (1967) defende uma posição contrária. Não justifica, entretanto, mais detalhadamente, sua posição.

Todavia, notícias detalhadas sobre os soviêtes eram difíceis de se conseguir; amplos setores do trabalhismo alemão, esgotados pela guerra, não estavam, portanto, totalmente a par de como os soviêtes russos funcionavam e o que eles queriam.

Os setores do trabalhismo alemão, politicamente mais conscientes e reunidos nas diversas organizações socialistas, tinham sido tão surpreendidos pela forma concreta do curso da Revolução Russa, quanto os próprios bolcheviques, os quais haviam se associado repentinamente ao movimento de conselhos que tomou o poder, durante o ano de 1917. O lema propagado por Lenin. "Todo o poder aos conselhos!" não era de forma alguma a idéia política decisiva, a qual tomou para si então o movimento social. Era sim bem ao contrário: Lenin tinha resumido precisamente apenas o que se passava diante de seus olhos. Para a afirmação do papel condutor dos bolcheviques na construção do primeiro estado soviético, este rápido ajuste ao decurso real da Revolução foi, porém de importância decisiva. Os conselhos russos podiam, diferentemente dos conselhos alemães, referir-se às experiências tidas no próprio país. Na fracassada Revolução de 1905 os trabalhadores grevistas tinham criado para si os chamados "soviety rabovich deputatov", os quais serviam para organizar as suas ações. Os soviêtes russos de 1917 encontraram-se em sua tradição imediata.

A idéia dos conselhos, que desdobrou depois de 1917 (na Rússia) e 1918 (na Alemanha) um efeito histórico também em outros países - o desenvolvi-

mento iugoslavo é aqui particularmente interessante (KARDELJ, 1955) - pode apoiar-se também em alguns precursores da Europa Ocidental. Como organizações semelhantes e conselhos, atuavam os conselhos de soldados (agitators) da Revolução Inglesa (1647). (KOTTLER, 1925; BERNSTEIN, 1919) Caráter semelhante a conselhos portavam igualmente as 60 representações distritais em Paris durante a Revolução Francesa de 1789. As 48 seções formadas no seu lugar, em 1790, foram as portadoras de fato da soberania popular. (KROPOTKIN, 1909) A comissão criada da Revolução Francesa de Fevereiro de 1848 (Commission du gouvernement pour les travailleurs - commission du LUXEMBURG -) portava igualmente feições semelhantes a conselhos.

Influência imediata sobre o movimento trabalhista e seus teóricos teve, por fim, a Comuna de Paris de 1871. (BECKER, 1879; LISSAGARAY, 1891) Sobretudo MARX se ocupou intensivamente com a Comuna, o que não ficou sem influenciar duradouramente suas considerações teóricas sobre o Estado. De todas as outras formas de governo ele viu positivamente a comuna diferenciada da seguinte forma: "Ela era essencialmente um governo de classe trabalhadora, o resultado da luta de classe gerada contra a classe usurpadora, a forma política finalmente descoberta, sob a qual a libertação econômica do trabalho pôde se realizar". (MARX, 1956, v. 17, p. 342; MESCHKAT, 1965) Esta forma política da libertação econômica MARX delineou no exemplo da constituição comunal de Paris: "A Comuna compôs-se a partir dos conselhos municipais escolhidos com base no direito de voto universal, no diversos distritos de Paris. Eles eram responsáveis e destituíveis a qualquer momento. Sua maioria era evidentemente de trabalhadores ou representantes reconhecidos da classe trabalhadora.

A Comuna não deveria ser uma corporação parlamentar, e sim de trabalhadores, paralelamente de caráter legislativo e executivo. A polícia, até aqui o instrumento do governo estatal, foi imediatamente despojada de todas as suas propriedades políticas e transformada no instrumento responsável e destituível a qualquer momento da Comuna. Igualmente os funcionários de todos os outros ramos da administração. A partir dos membros da Comuna para baixo, devia ser providenciado ao público serviço para trabalho assalariado. (...) Os órgãos públicos deixaram de ser a propriedade privada dos cúmplices do governo central. Não apenas a administração municipal, mas também toda a iniciativa exercida até aqui pelo Estado foi posta na mão da Comuna. (...) A Comuna de Paris deveria naturalmente servir de amostra a todos os grandes pontos centrais industriais. Tão logo a ordem comunal das coisas tinha sido introduzida uma vez em Paris e nos pontos centrais da segunda categoria, o velho governo centralizado deveria ter-se retirado também nas províncias do "auto-governo dos produtores". (MARX, 1956, v. 17, p. 339) Oskar Anweiler (1958) chamou atenção para o fato de que entre o aparecimento histórico dos conselhos de um lado, e a sua assimilação teórica por Marx de outro, existe uma diferença. (KORSCH, 1929; 1931) O objetivo de Marx não era apenas o de descrever a constituição política da Comuna de Paris, mas também de destacar as estruturas existentes na mesma, capazes de oferecer alternativas para a participação popular.

Também a interpretação de W. Lenin sobre a Comuna retrata menos sua real importância para a história da França, e sim, é mais testemunho da referência histórica das idéias do próprio Lenin. Neste sentido Lenin restringe tanto a Comuna, quan-

to a interpretação desta por Marx inadmissivelmente a uma meta antiparlamentar global. Lenin escreve: "A Comuna substituiu o parlamentarismo corrupto e apodrecido da sociedade burguesa por corporações, nas quais a liberdade do julgamento e da reunião não é burlada (...) As corporações representativas permanecem, mas não existe aqui parlamentarismo como sistema particular, como separação da atividade executiva e legislativa, como posição privilegiada para deputados. Sem corporações representativas não podemos imaginar uma democracia, nem mesmo a democracia proletária sem parlamentarismo nós podemos e devemos imaginá-la".

A desavença de Lenin com os socialistas da maioria - ou em sua linguagem: os oportunistas - contribuiu para o fato de que a 'idéia dos conselhos' funcionasse desde o princípio como arma ideológica na discussão interna socialista. Uma reflexão a se desenvolver no sentido de uma possível síntese das formas de representação 'burgues-democráticas' e 'proletário-revolucionárias' estava dificultada de antemão.

Através do êxito tático da luta pelo poder dos bolcheviques, nos levantes revolucionários de fevereiro e outubro de 1917 na Rússia, pela primeira vez na história a transformação proletário revolucionária de uma sociedade saiu da utopia e tornou-se realidade. Pelo menos assim o parecia para seus atores políticos. Amplos setores do movimento trabalhista da Europa Ocidental dirigiram desde então suas esperanças a este primeiro Estado de "trabalhadores e camponeses". A política dos bem sucedidos bolcheviques conseguiu algo, tipo um perfil moral para os partidos irmãos da Europa Ocidental, reunidos na Internacional Comunista, apesar de que eles estavam operando em um pano de fundo completa-

mente outro.

Para o erguimento do socialismo faltavam, contudo, na URSS as condições que Marx, Engels e toda a social-democracia anterior à guerra, incluindo a sua ala de esquerda, tinham considerado como necessárias para uma transformação revolucionária bem-sucedida.

a) Do ponto de vista industrial, a Rússia era apenas um país agrário pouco desenvolvido, com um proletariado industrial numericamente pequeno. A Revolução não triunfou, conforme era esperado nas 'metrópoles' bem desenvolvidas (Inglaterra, E.U.A., França, Alemanha, etc...), e sim na periferia do imperialismo.

b) A Revolução Russa permaneceu isolada num país, não alcançando, como os bolcheviques acalentavam, a Europa Central. A Revolução Mundial estagnada, a Revolução em apenas um país obrigou à tentativa de se construir o socialismo em apenas um país.

A necessidade de desenvolver as forças de produção, de superar a etapa da acumulação socialista primitiva e, por outro lado, de combater a contra-revolução internacional, são tarefas que este primeiro país socialista do mundo teve de dar cabo. A saber, de uma maneira totalmente isolada e completamente sem experiências.

O mundo capitalista ao redor da União Soviética, depois da fracassada e esmagada a intervenção contra os bolcheviques na Guerra Civil Russa, tornou-se cada vez mais agressivo. Em 1922 triunfou o fascismo italiano, em 1933 o alemão, a seguir o espanhol. Em 1931 o Japão invade a Mandchúria, em 1937 a China. Em 1936 Alemanha e Japão se unem ao pacto anti-komintern, ao qual - dirigido contra a URSS - aderiram em 1937 a Itália, em 1939 a Espa-

nha, Hungria e Mandchukuo, ocupada pelos japoneses.

"Sem considerar as relações deste mundo ao redor do Estado soviético não se consegue compreender totalmente o desdobramento do Stalinismo. A função de proteger a nova potência para fora aumentou enormemente. (...) Sob as novas circunstâncias a auto-defesa contra um ambiente ao redor ameaçador teve prioridade. E isto resultou não apenas na função repressiva para dentro (...), mas também na tarefa principal positiva e declarada, auto-educação dos produtores para suas novas e grandes tarefas. A preocupação toda dominante de um ataque (o que se confirmaria posteriormente), o princípio da auto-defesa que predominou a seguir sobre todas as decisões importantes, exigia que se superasse tão rápido quanto possível o atraso econômico existente com tudo o que isso significasse para as relações internas da nova sociedade". (HOFMANN, 1967, p. 33)

No final de 1929 a direção do partido decidiu que a maioria dos camponeses da região de cultivo de cereais se organizariam em Kolkhoses. Este processo deveria estar encerrado dentro de poucos meses. "Naturalmente foi necessária uma pressão violenta para forçar os camponeses a entrar nos Kolkhoses. Os elementos estratégicos centrais na realização deste programa formaram a desapropriação, a mudança forçada e a liquidação de uma parte dos camponeses mais ricos. Na medida em que a determinação da categoria social dos 'Kulakos' tinha se desvanecido, a chamada 'liquidação do Kulakismo' tornou-se rapidamente uma arma contra qualquer camponês que oferecesse resistência aos Kolkhoses ou se comportasse indiferentemente a eles". (LEWIN, 1973, p. 34)

Os camponeses não possuíam no novo sistema de

Kolkhoses um direito de co-gestão decisiva, eles estavam inteiramente submetidos a uma classe de funcionários estatais e do partido. A idéia da economia planificada virou uma economia sob ordens. O sistema de tutela necessitava da justificativa ideológica: "tornou-se tese central da concepção soviética do socialismo que mais controle estatal, mais intervenções estatais significavam também mais socialismo. De fato, o conceito socialismo foi por isso progressivamente equiparado com o conceito de propriedade estatal". (66) (LEWIN, 1973, p. 352)

As dificuldades e reviravoltas da transformação socialista na União Soviética não deixaram de influenciar os partidos socialistas e comunistas da Europa Ocidental. Uma elaboração independente de uma teoria de transformação social referente às condições específicas das sociedades industriais do Ocidente se achava obstruída para os diversos partidos comunistas através de sua identificação com o 'caminho russo para o socialismo'.

A Revolução Russa, porém, não permaneceu num episódio singular. Também em outros países os partidos revolucionários conseguiram ter o poder nas mãos. Particularmente a Revolução Chinesa de 1949 significou a princípio uma expansão da influência do Partido Comunista Russo, mas a partir de 1960 tomou a direção contrária. Numa mensagem ao Comitê Central do PCUS, o Comitê Central do Partido Comunista Chinês assegurou que: "Quando havia no mundo somente um único país socialista, quando este país decididamente realizou uma política de linha marxista-leninista correta e contraiu com isso à inimizade e ameaça de todos os imperialistas e reacionários, aí houve para cada partido uma pedra-de-toque de seu internacionalismo proletário, se eles se empenharam decisivamente para defender

este único estado socialista, ou não. Hoje há no mundo um bloco socialista que consiste de treze estados. Albânia, Bulgária, China, República Democrática Alemã, República Popular Democrática da Coreia, Cuba, República Popular da Mongólia, Polônia, Romênia, União Soviética, Tchecoslováquia, Hungria e República Democrática do Vietnam". (Die Polemik..., 1965)

E por isso, assim conclui o Partido Comunista Chinês, a orientação sob um único país - a URSS - não pode mais ser feita como a diretriz da ação política.

A força política reluzente do modelo de transformação russo, que já durante a fase de coletivização forçada e das medidas a seguir de repressão interna do partido tinha sofrido graves danos, foi limitada definitivamente pela existência da China, orientada de agora em diante de forma 'anti-soviética'. O socialismo chinês foi para pequenos grupos fora e à margem dos partidos comunistas da Europa Ocidental o que a União Soviética representou para os partidos comunistas durante a fase inicial deles: objeto de identificação que ocultava a falta de uma teoria própria realizável de transformação social para os países desenvolvidos da Europa Ocidental.

Além desta fixação sobre modelos externos de revolução houve, todavia, tentativas de se tirar primeiras conclusões das experiências existentes na 'construção do socialismo' e de se meditar sobre as conseqüências para a Europa Ocidental. Na tradição deste pensamento se encontra um grupo de intelectuais italianos em torno de Rossana Rossanda, a qual surgiu de uma cisão da esquerda do Partido Comunista Italiano. Ela lançou, dentre outras, a questão sobre as causas do fracasso das tentativas de revo-

lução, até o momento, no Ocidente e respondeu da seguinte forma: "Esta razão (do fracasso, FB) é, conforme Gramsci reconheceu, exatamente o estágio de progresso e desenvolvimento das sociedades, sua bagagem histórica, sua diferenciação social e política, a complexidade de sua forma de vida e de produção". (ROSSANDA, 1976, p. 206)

Os tradicionais conceitos de transformação não são adequados a este tipo de sociedade da Europa Ocidental. Nem a rigidez da tática bolchevista de conquista de poder, nem a concepção da realização de reformas transcendentais de sistemas, por meio de uma política de aliança fixada parlamentarmente, até aqui, registraram qualquer país industrializado do Ocidente uma ruptura fundamental.

Afigura-se que a teoria da Revolução e do papel do partido, nela desenvolvida por Lenin e pelos bolcheviches, não por acaso pôde ser bem sucedida também num país sub-desenvolvido com tradições despóticas, e sim estava talhada exatamente esta sociedade e sua situação de crise específica. Para as características decisivas da Constituição Social da Rússia pré-revolucionária, que possibilitaram uma solução revolucionária no sentido leninista, citam-se sobretudo:

- Infra-estrutura fracamente desenvolvida;
- A concentração do poder político sobre os centros, Petrogrado e Moscou;
- Uma burocracia estatal incompatível com as crescentes exigências da industrialização;
- Formas imóveis, metade-asiáticas de economia, cujas relações eram marcadas pela produção agrária;
- Uma base de legitimação enfraquecida pela guerra do czarismo já tocado desde 1905, e desagregação respectiva do cálculo repres-

sivo de das possibilidades dos 'velhos poderes' para solucionar repressivamente conflitos sociais.

- E finalmente, a falta de uma 'elite' ou de uma outra força social que estivesse em posição de solucionar tarefas adequadas no âmbito do sistema.

Os social-democratas russos sob a liderança de Lenin tinham criado para si, durante os anos de ilegalidade, um aparato de organização, no qual a comunicação interpartidária aberta estava reduzida a uma escala mínima, como reação à constante ameaça de OCHRANA - a política secreta do czar. O Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Russos (PSDTR) teve de se adaptar às condições ditadas pelo despotismo czarista e não quis se expor de antemão ao perigo do fracasso. (TROTSKY, 1974)

W. I. Lenin acentuava constantemente já antes da Revolução de 1905 (terceira convenção do PSDTR) que era para se analisar a situação concreta na Rússia e subtrair daí consequências para o trabalho político. O trabalho elaborado por Lenin 'o que fazer?' deixa claro que para ele a estrutura das organizações revolucionárias sempre é determinada a partir de situações particulares das lutas de classe. Numa situação em que até mesmo os sindicatos estavam proibidos e que greves eram perseguidas como delito de ordem criminal, devia-se construir uma organização sindical atuante. Lenin ressalta as conclusões obtidas aqui a partir da situação russa: "Um núcleo pequeno e sólido dos trabalhadores confiáveis, os mais experientes e robustecidos, que possuam pessoas de confiança nos distritos mais importantes e segundo todas as regras da conspiração mais austera estiver ligado com a organização dos revolucionários. poderá preencher inteiramente cer-

tas funções sob a co-atuação mais ampla possível da massa e sem dar à coisa formas organizacionais rígidas. Tais funções cabem à organização do sindicato e devem ser, além disso, preenchidas de uma maneira tal que ela seja desejável para a social-democracia. Somente neste caminho, apesar de todos os policiais, pode ser alcançada uma solidificação, além de um desdobramento do movimento sindical social-democrata". (LENIN, 1973, v. 5, p. 475)

A organização dos revolucionários (PSDTR) estruturada rigidamente, trabalhando de forma exclusivamente conspiradora e ligada clandestinamente à organização dos trabalhadores, que só tinha uma estrutura não fixa, deveria garantir o progresso da revolução. "Caso começemos com uma organização sólida de revolucionários então nós asseguraremos a capacidade de resistência do movimento como todo e tanto os objetivos social-democratas, quanto mesmo os dos 'trade-unions' poderão ser realizados. Se começarmos, porém, com a organização trabalhista ampla e pretensamente 'a mais acessível' (na realidade é mais acessível para os guardas e deixa os revolucionários de maneira mais acessível à polícia), logo, não ficaremos livres da improvisação e tornaremos os trade-unions do tipo Subatov e Oserov de maneira mais acessível para as massas, na medida em que nos encontrarmos dispersados e estivermos sempre descobertos". (LENIN, 1973, v. 5 p. 476) Também a organização do partido, que é uma organização de revolucionários por profissão, incorpora em sua forma de trabalho uma resposta à forma de trabalho das forças dominantes na Rússia Czarista. A necessidade de uma liderança rígida e de um núcleo sólido de trabalho corporativo, é destacada por Lenin sobretudo porque... "é muito mais difícil, apa-

nhar uma dúzia de cabeças pensantes do que uma centena de cabeças idiotas". (LENIN, 1973, v. 5, p. 480)

Caso se devesse evidenciar que os membros do Comitê Central... "são bastante numerosos e que é por isso, perigoso para eles estarem constantemente juntos, dever-se-ia talvez selecionar do comitê um grupo dirigente muito pequeno (digamos cinco pessoas, ou ainda menos) ao qual deveriam pertencer de qualquer forma, o secretário e os membros que melhor se adaptem à liderança prática de todo o trabalho. Para este grupo seria particularmente importante assegurar substitutos para o caso de prisão, a fim de que o trabalho não sofra quaisquer interrupções". (LENIN, 1973, v. 6, p. 230)

Lenin justifica concretamente a necessidade de uma centralização da competência decisória em relação à situação política. O despotismo obriga, sob o ponto de vista da tática da luta pelo poder, à reprodução de estruturas tendencialmente não-democráticas. Critério para a apreciação de um instrumentário político pôde ser para Lenin, numa escala bem mais reduzida do que para a social-democracia da Europa Ocidental, a concordância dele com os 'ideais' da formação da vontade democrática. Sob a pressão das condições, os bolcheviques criaram, pelo contrário, uma variante política social-democrata de tipo próprio. Isto não deixou de influenciar a concepção da estrutura estatal na fase de transição (após o ano de 1917).

Refletir o conceito bolchevista diante de seu pano de fundo existencial, é o que recomendava R. Luxemburg já em seu trabalho "Questões da Organização da Social-Democracia Russa". (LUXEMBURG, vs. 1/2, p. 422) Portanto já no ano de 1904.

O exame em sua totalidade do tipo de partido

russo, do modelo do curso revolucionário, bem como do conceito de transformação que transcende o ato revolucionário de 1917, elucida sua dependência específica das peculiaridades do desenvolvimento russo.

O PROBLEMA DO PODER POLÍTICO - QUANTO À CRÍTICA DA TEORIA DE ESTADO LENINISTA.

O fato de que uma grande parte dos socialistas alemães da esquerda na fase de formação da República de Weimar caiu sob a influência de um leninismo dogmático, torna necessário o surgimento de uma discussão com a política leninista e sua teoria de Estado. A reflexão crítica das influências do leninismo sobre o socialismo esquerdista alemão precisa partir de constatação de que a utilização do conceito leninista nos países industrializados do Ocidente não levou - conforme se ambicionava - à hegemonia política do proletariado.

A posição - defendida, por exemplo, por Lívio Maitan - de que um fracasso do leninismo não seria de se constatar, porque, até o momento, no Ocidente não foi tentado com a necessária consequência de torná-lo real (Colletti et al., 1970, p. 33), mostra-se errônea ao se examinar as experiências até aqui existentes. O problema básico das tentativas socialistas de transformação na Europa Ocidental parece mais uma reflexão das peculiaridades dos sistemas políticos e econômicos altamente complexos das sociedades grandemente industrializadas, e não uma escala reduzida demais na 'utilização' da tática de conquista do poder bolchevista.

O enraizamento que faltou da oposição alemã

de esquerda na cultura política do próprio país contribuiu enormemente - antes e depois da Revolução de Novembro - para procurar uma orientação estratégica naquela ala da social-democracia internacional (que estava se rompendo) cuja política pôde registrar um êxito revolucionário.

A teoria leninista de Estado e Revolução, tida por seus seguidores, de certa maneira, como absoluta, também contribuiu para por de lado todas as estimativas de uma formação estratégica, especificamente da esquerda socialista alemã. A crítica de R. Luxemburg ao bolchevismo foi condenada à ausência de efeito político.

A utilidade de uma discussão crítica com o leninismo, em relação à tentativa de reconstrução da teoria de Estado e estratégia de transformação da esquerda socialista, repousa sobretudo no fato de que ela salienta de alguma forma o aspecto negativo para uma teoria política relacionada às condições da Europa Ocidental. Algumas observações devem esclarecer este ponto de vista.

Lenin compôs poucas semanas antes da Revolução de Outubro, em agosto e setembro de 1917, um trabalho (LENIN, 1973, v. 25, p. 393) no qual criticava os 'oportunistas'⁹ na social-democracia internacional. Seu objetivo era impedir a 'deturpação do marxismo' e reconstruir a 'teoria política do Estado' marxista em primeira mão, baseado nos textos de Engels. As reflexões de Lenin sobre a teoria do Estado giram exclusivamente em torno do aspecto do domínio. Ele adere à descrição de Engels, segundo a qual a violência pública... "consistiria não apenas

9 - Lenin cita como representantes alemães da mesma Scheideman, Legier, David, dentre outros.

dos homens armados, mas também dos objetos como prisões e instalações de repressão de todos os tipos"... (ENGELS, 1956, v. 21, p. 166)

A pergunta auto-formulada de que consiste 'o poder que se chama de estado' Lenin responde claramente: "de formações especiais de homens armados que têm a sua disposição prisões e outros". (LENIN, 1973, v. 25, p. 401)

A interpretação de Lenin, que a primeira vista talvez possa aparecer ainda como concentração sobre um aspecto do Estado, evidencia-se na continuidade do curso de sua análise como redução das funções estatais sobre a técnica de repressão pura. A denominação da violência do Estado por Engels como 'violência especial da repressão' Lenin exaltou como definição "grandiosa e inteiramente profunda" (LENIN, 1973, v. 25, p. 409), ao invés de verificar e analisar as proposições teóricas daquele autor sobre o Estado. No estudo histórico de Engels sobre a origem da família, da propriedade privada e do Estado, Lenin destila dos comentários não aprofundados dos 'clássicos', uma teoria de Estado que pretendia servir a curto prazo às exigências do levante, mas a longo prazo contribuiu pouco para o esclarecimento das condições políticas de transformações revolucionárias.

Mas o êxito tático dos bolcheviques, poucas semanas após a auto-definição de Lenin sobre 'Estado e Revolução', elevou a teoria de Estado e Revolução de Lenin ao nível da chave para o sucesso histórico. A regra geral afirmada por Lenin, (LENIN, 1973, v. 25, p. 412) segundo a qual o estado burguês só poderia ser dissolvido através de uma revolução violenta por 'um Estado, proletário', parecia se confirmar pelos fatos históricos; a restrição da análise de Estado por Lenin sobre o as-

pecto do aparato de repressão revelou-se desta forma não como unilateralidade teórica, e sim surgiu como realismo perspicaz.

Porém a história prolongou-se por mais tempo do que o do sucesso tático dos bolcheviques na luta pelo poder nas metrópoles da Rússia européia. As reduções teóricas do Estado e da Revolução de Lenin mostraram-se logo como avaliações determinadas pela situação, cuja utilidade é apenas relativa. (MAT-TICK, 197)

Durante o desenvolvimento posterior do socialismo russo que se movimentou para recuperar sob o presságio socialista o processo de industrialização delineado pelo capitalismo, desdobrou-se o problema da transformação em toda a sua amplitude. (HENNICK, 1973) A revolução social era e é evidentemente mais e de outra forma que a conquista dos centros de poder político através de um partido revolucionário. A avaliação de R. Luxemburg após a Revolução de Outubro foi confirmada em toda a sua importância: "na Rússia o problema só podia ser colocado. Ele não podia ser resolvido na Rússia..." (LUXEMBURG, 1970, v. 1/2, p. 365)

Isto porém não impediu os partidos comunistas do Ocidente de estilizarem a Rússia como a 'pátria de todos os trabalhadores' e através da fixação sobre o modelo russo da revolução, de se privarem da oportunidade de desenvolver uma estratégia de transformação adaptada às sociedades industrializadas do Ocidente.

A 'ditadura do proletariado' - com a variante realizada na Rússia, da ditadura do partido diante dos olhos - teve de manifestar-se às amplas camadas dos países da Europa Ocidental como uma recaída atrás das normas do entendimento da democracia no Ocidente. Os partidos comunistas causaram a impres-

são de que não lhes importa a ampliação das liberdades democráticas e encerrar com as estruturas de domínio, e sim ao contrário: o poder político de sua organização e de sua filiação proletária imediata. Somente em fevereiro de 1976 o Secretário Geral do Partido Comunista Francês, Marchais, falou favoravelmente a uma recusa da perspectiva programática objetivada ('ditadura do proletariado'). (CLAUDIN, 1978, p. 49) Um indício para o ritmo lento na mudança de um entendimento da revolução 'marxista-leninista' que considera a questão do poder como a questão mais central da transformação social.

Por outro lado, Rossana Rossanda, ao lançar a vista sobre as 'experiências revolucionárias' a partir de 1917, expõe que: "todos os estados socialistas demonstram-nos hoje, sem nenhuma exceção, que nem mesmo a conquista do poder político oferece uma garantia para que os antigos meios de produção do capital e os instrumentos de poder de governo burgueses não restabeleçam (mesmo depois de sua transição) em novas mãos a lógica de sua forma de sociedade original". E ela chega à conclusão: "deve-se destruir de dentro para fora, de algum modo, estes meios de poder e instrumentos um após o outro; não por meio de exorcismo, e sim por destruição e reconstrução conseqüente e ininterrupta, considerando-se que a conquista do poder político (...) só pode representar um momento dentre outros". (ROSSANDA et al., 1976, p. 73)

O fato de que a questão de conquista do poder nas estratégias atuais de transformação não consegue mais ocupar aquela posição central que lhe é atribuída pelo leninismo, prende-se em grande escala a que hoje múltiplas funções adicionais e complexas completam e ampliam as funções do próprio Estado.

Uma ampla área do campo de atividade estatal não é mais, nos países industrializados desenvolvidos, tão somente à 'política' no sentido mais estrito. A garantia imediata de domínio em relação às demais funções do Estado excetua-se relativamente de forma modesta. A importância do Estado como organizador econômico e social - refiro-me tão somente à função estatal de garantia da infra-estrutura - não pode mais ser ignorada pelas concepções de transformações realistas.

O leninismo esteve neste sentido à altura de sua situação temporária, quando ele se referiu ao aparelho estatal czarista o qual, baseado numa produção preponderantemente agrária, tinha na verdade em primeira mão função repressiva, a qual foi executada por poucos centros de poder. Neste sentido, a chave para o sucesso foi a estratégia da revolução bolchevista - dito de forma prosaica-quando ela foi posta na fechadura adequada.

Todas as tentativas dos partidos comunistas do Ocidente de transportar conceitos bolchevistas para a Europa Ocidental levaram a uma seqüência ininterrupta de derrotas e precisaram disso também, pois estes partidos agiam em terreno político e social completamente outro.

PROBLEMAS DE UMA ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO ATUAL

A questão orientadora da discussão sobre o Estado, desde a metade dos anos setenta, visa uma teoria de transformação social ajustada à forma de organização altamente complexa da 'sociedade industrial'. Karin Priester em seus 'Estudos para a Teoria do Estado do Marxismo Italiano' chama atenção

para o fato de que o sistema autocrático do leste... "foi mais despótico e paralelamente mais agressor exatamente na centralização pessoal do domínio - "...enquanto que... - os países desenvolvidos do Ocidente apontam uma estrutura mais diferenciada mais escalonada e com isso também mais difícil de se combater". (PRIESTER, 1981, p. 35) A redução de uma 'teoria de Estado e Revolução' sob o aspecto da conquista do poder político é assim por demais restrita. O 'Estado burguês' no final do século XX é mais do que um órgão das classes apropriadas para oprimir os assalariados. A função repressiva é somente uma parte da possibilidade de ação estatal. A teoria defendida por Althusser e Poulantzas de que o mecanismo estatal inteiro se decompõe em alguns 'aparatos', levando-se em conta que o aparato estatal repressivo seria apenas um dentre outros, tenta tomar teoricamente este estado de coisas. (ALTHUSSER, 1976) O radicalismo aparente das teorias de revolução, orientadas taticamente à luta pelo poder, encontra-se paradoxalmente justificado pelo fato de que aqui apenas um segmento do Estado burguês é percebido e negado. Além disso, parece oportuna a questão do Estado moderno, em todas as suas funções, poder ser compreendido sequer como órgão de interesse da classe dominante do ponto de vista econômico.

O aparato estatal das sociedades desenvolvidas não assumirá, sobre amplas extensões, funções de um centro de organização que de nenhum modo estará à disposição, enquanto um emprego racional das forças produtivas for impossível sem a planificação estatal central? A concepção na época da Revolução Russa e Alemã tida pelos opositores da esquerda como óbvia, segundo o qual o Estado burguês era algo que deveria ser esfacelado e abolido e pereceria

por si respectivamente após a vitória do partido revolucionário, passa pela eminente importância do Estado da sociedade industrializada como corpo administrativo. Sob as condições de alta tecnologia a economia não é imaginável sem a política - na medida em que isso sequer já tenha sido possível.

Um golpe de estado revolucionário que conseguisse, num país industrializado do Ocidente, por o aparelho repressivo fora de função, ver-se-ia no 'dia seguinte' à revolução confrontado com um Estado, com o qual de certa forma desenvolve suas funções sociais, imprimindo um caráter determinante apenas abaixo do domínio de classes. Uma estratégia de transformação deveria incluir na análise exatamente esta função 'sintética' do Estado, a qual não exerce um domínio imediato, e colocar-se a seguinte questão: quais são as funções estatais que podem ser modificadas a curto prazo na atual configuração das forças produtivas? As limitações aqui a serem descobertas não existem pelo fato de que isto tentou obstruir, se fosse o caso, uma classe dominante, e sim porque um nível elevado assim de repressão proveniente da lógica do sistema econômico está alcançado, o que - caso haja uma grave perturbação do apoio político-organizacional - o perigo de um 'colapso' social e econômico ameaça. A 'ordem política' social-democrata sempre esteve acoplada - ainda que com intenção de se evitar a revolução - a este estado de coisas.

Estratégias de transformações atuais são dificultadas, além disso, pelo fato de que o cálculo econômico político e militar - fora do âmbito de influência de um hipotético socialismo de Estado nacional, cresce constantemente em importância. Na medida em que a competência do Estado nacional burguês diminui em favor de formas de organizações su-

pra-nacionais, uma teoria de transformação social não pode ter como objeto apenas o Estado dentro das fronteiras nacionais, e sim precisa considerar o mecanismo de correlação internacional. Aguçadamente pode-se questionar: será que estratégias do Estado nacional isoladas são realizáveis na obstrução internacional? Jiri Pelikan respondeu decisivamente esta questão durante o congresso sobre 'poder e oposição nas sociedades pós-revolucionárias': "A experiência amarga de 1968 (invasão das tropas do pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia, FB) nos ensinou que nenhuma sociedade socialista verdadeira pode ser erigida no âmbito de um único país (...): A condição necessária para tal diz, pelo contrário, respeito a que esta mudança ocorra paralelamente em diversos países, seja num bloco ou no outro". (PELIKAN, 1979, p. 77)

No internacionalismo da oposição de esquerda em torno de R. Luxemburg e K. Liebknecht estava contida uma noção das dificuldades das limitadas tentativas de transformação do ponto de vista do Estado nacional, porém o internacionalismo proletário ambicionado na época pelos socialistas da esquerda não tem alcance como conceito sob as condições atuais. Não se trata apenas da 'ação internacional' conjunta, mas além disso de uma alternativa palpável no contexto internacional.

De um modo geral, coloca-se a questão quanto às forças políticas que estejam em condições de prolongar o interesse da transformação social penetrando nos aparatos estatais. Não se tornou obsoleta a idéia de que isto poderia ser cumprido pelo partido revolucionário clássico - que se apóia essencialmente no trabalhismo industrial? A diferenciação progressiva da estrutura do profissional que muda a aparência clássica do proletariado, não sus-

tenta a hipótese de que é necessária uma aliança das forças políticas que representasse a vontade da maioria, realmente, e não apenas no nível programático? A posição de André Gorz de que o proletariado seria incapaz de tomar posse dos meios de produção existentes e imprimir-lhes uma nova racionalidade, (socialista) deveria ser refletida neste contexto. (GORZ, 1980) Contudo, somente em época mais recente é que a questão quanto ao sujeito da transformação social e emancipadora foi colocada: As teorias de Gramsci do 'bloco histórico' e a "hegemonia" representam uma revisão das esperanças de emancipação dirigidas exclusivamente ao proletariado, as quais poderiam ser frutificadas para uma estratégia de transformação atualizada. (GRAMSCI, 1975)

Por conseguinte, coloca-se a questão se num conceito de reestruturação do poder podem ser ignoradas as formas da democracia rotuladas na teoria marxista em geral como 'burguesas'. A tese de que o direito de voto, livre, igual e secreto, a liberdade de imprensa, a liberdade para se reunir, etc... ou seja os chamados direitos burgueses da liberdade - deveriam ser vistos como características da constituição da sociedade capitalista, teria de se verificar historicamente não sem contradições. A esquematização intelectual, segundo a qual a democracia proletária 'real' seguiria à burguesa 'formal', necessita de ser revista.

As tradições das democracias européias e do republicanismo não devem ser avaliadas como influências estranhas ao movimento trabalhista ocidental - as quais nós ainda devemos até mesmo desmontar -, e sim elementos centrais de emancipação social.

O 'euro-comunista' espanhol Alfonso Carlos Comin formulou auto-criticamente: "demonstra-se

(...) que não são poucos os conceitos críticos, os quais nós repudiamos há vinte ou trinta anos ainda com o objetivo 'burguês', que nós temos de redescobrir' para nós mesmos". (COMIN, 1979, p. 158)

A reflexão sobre 'soluções de tipo novo' dentro dos partidos comunistas da Europa Ocidental aparece apenas consequentemente de acordo com a realidade de que uma revolução no Ocidente não pôde se efetivar até o momento. Surpreende bem menos a veemência dos 'debates sobre o euro-comunismo',¹⁰ levados intensamente à pauta em 1976, além da insegurança estratégica, ligada a ela, de amplos setores da esquerda européia do que a obstinação, com a qual esta consciência política foi removida até o momento.

10 - No limiar dos anos setenta foi utilizado o conceito de "euro-comunismo" para designar os partidos comunistas e dos trabalhadores da Europa Ocidental. Durante a "conferência" dos partidos comunistas e dos trabalhadores da "Europa" (junho de 1976) o Chefe do partido italiano, Berlinguer, declarou que: "Esta denominação [...] não foi cunhada por nós, mas o fato de que ela se encontra amplamente conhecida indica quão profundo e amplo é o esforço de se levar adiante e de se realizar nos países da Europa Ocidental soluções de novo tipo no que concerne à transformação da sociedade no sentido socialista." (Conferência dos partidos comunistas e dos trabalhadores da Europa, Berlim, 1976, p. 229).

Deve-se ter em conta, entretanto, as tentativas hesitantes por parte dos partidos de esquerda tradicionais da Europa Ocidental rumo à uma nova determinação de sua estratégia, que não existe uma analogia histórica para a transformação de uma sociedade industrializada do Ocidente.

Lúcio Magri adverte por isso com razão: "quando dentro de uma crise geral de toda a sociedade, na qual o conflito de classe se movimenta sempre de uma maneira sólida à beira da ruptura, for provocada uma derrota política da classe dominante, sem se ter criado no país uma nova relação de forças e sem a base para uma alternativa, então a gente se desloca realmente para o vazio". (MAGRI, 1976, p. 42).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER**, Louis. Ideologie und ideologische Staatsapparate. In: **POULANTZAS**, Nicos & **MILIBAND**, R. Kontroverse über den Kapitalistischen Staat. Berlin, 1976.
- ALTVATER**, Elmar. Zu einigen Problemen des Krisenmanagements! in der Kapitalistischen Gesellschaft. In: **JANICKE**, Manfred. Herrschaft und Krise. Opladen, 1973. p. 182 ff.
- ANWEILER**, Oskar. Die Rätebewegung in Russland 1905 - 1921. Leiden, 1958.
- BASSO**, Lelio. Der Beitrag Rosa Luxemburgs zur Entwicklung der Marx'schen Theorie. In: **POZZOLI**, Claudio Rosa Luxemburg oder die Bestimmung des Sozialismus. Frankfurt am Main, 1974. p. 33 ff.
- BAUMEISTER**, Reiner. Die Konzeption der zukünftigen Gesellschaft bei Karl Marx, Friedrich Engels und bei - neueren westeuropäischen Marxisten - eine ordnungspolitische Analyse Köln, 1976. (Phil. Diss.)
- BECKER**, B. Geschichte und Theorie der pariser revolutionären Kommune des Jahres 1871. Leipzig, 1879.
- BEDESCHI**, Giuseppe. Partei und Revolution. In: **POZZOLI**, Claudio. Rosa Luxemburg oder die Bestimmung des Sozialismus. Frankfurt am Main, 1974.
- BERNSTEIN**, Eduard. Sozialismus und Demokratie in der Grossen Englischen Revolution. Stuttgart, 1919.
- _____. Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie. J. H. W. Dietz Nachf. Bonn, Bod Godesberg, 1973.
- BETTELHEIM**, Charles. Ökonomisches Kalkül und Eigentumsformen: zur Theorie der Übergangsgesellschaften, Berlin, 1972.
- BRAUNTHAL**, Julius. Geschichte der Internationale. Hannover, 1961-3. 2 Bde.
- CLAUDIN**, Fernando. Zukunft des Eurokommunismus. Berlin, 1978.

- COMIN**, A. C. Das Erbe einer Marxistischen Patristik Überwinden. In: **BETTELHEIM**, Charles et al. Zurückforderung der Zukunft. Frankfurt am Main, 1979, p. 158 ff.
- ENGELS**, Friedrich. Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staates. Berlin. 1956 - 71. p. 25 ff. (Marx Engels Werke, 21).
- FRICKE**, Dieter. Die deutsche Arbeiterbewegung 1869 bis 1914. Berlin, 1976.
- GORZ**, André. Abschied vom Proletariat. Frankfurt am Main, 1980.
- GRAMSCI**, Antonio. Quaderni del carcere; edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino, 1975.
- GREBING**, Helga. Die erkenntnistheoretische Dimension des Bernsteinschen Revisionismus. In: DER REVISIONISMUS. München, 1977.
- GROH**, Dieter. Negative Integration und revolutionärer Attentismus. Frankfurt, 1973.
- GRUNENBERG**, Antonia. Die Massenstreik debate - Beiträge von Parvus, Rosa Luxemburg, Karl Kautsky und Anton Pannekoek. Frankfurt, 1970.
- HEIMANN**, Horst. Die Aktualität Eduard Bernsteins. In: TEXTE zum Revisionismus. Bonn, Bad Godesberg, 1977, p. 18 ff.
- HENNICKE**, Peter. Probleme des Sozialismus und der Übergangsgesellschaften. Frankfurt am Main, 1973.
- HOFMANN**, Werner. Stalinismus und Antikommunismus; Zur Soziologie des ostwest - Konflikts. Frankfurt am Main, 1967.
- KARDELJ**, Eduard. Die Sozialistische Demokratie in der jugoslawischen Praxis. Belgrad, 1955.
- KAUTSKY**, Karl. Bernstein und das sozialdemokratische Programm. Stuttgart, 1899.
- KAUTSKY JUNIOR**, Karl. Briefwechsel von Bebel und Kautsky. Asson, 1971.
- KORSCH**, Karl. Revolutionäre Kommune. Die Aktion. (5/8) 1929, (3 - 4) 1931.
- KOTTLER**, W. Demokratie und Rätegedanke in der Grossen Englischen Revolution. Leipzig, 1925.

- KROPOTKIN, P.** Die französische Revolution 1789 - 1973. Leipzig, 1909.
- LASCHITZA, A. & RADZUN, G.** Rosa Luxemburg, ihr Wirken in der deutschen Arbeiterbewegung. Frankfurt am Main, 1971.
- LEIPZIGER,** Volkszeitung. (219 - 225) set. 1898, (76 - 80) abr. 1899.
- LENIN, Wladimir.** Iljitch. Brief an einen genossen über unsere organisatorischen Aufgaben (1904). Berlin, 1973 - .p.230, ff. (Lenin Werke, 6).
- _____. Staat und Revolution. Berlin 1973 - p. 393 ff. (Lenin Werke, 25).
- _____. Was tun? Berlin, 1973 - . p. 475 ff. (Lenin Werke, 5).
- LEWIN, M** Die Auseinandersetzung in der Agrarfrage und die Wirklichkeit in der UdSSR 1928- 1940. In: **HENNICKE, Peter** Probleme des Sozialismus und der Übergangsgesellschaften. Frankfurt am Main, 1973.
- LISSAGARAY, P.** Geschichte der Kommune von 1871. Stuttgart, 1891
- LUXEMBURG, Rosa.** Der alte Maulwurf. Spartacus, (5) maio 1917.
- _____. Brennen der Zeitfragen. Spartacus, (6) ago. 1917.
- _____. Organisationsfragen der Russischen Sozialdemokratie. Die Neuezeit, 2 1903 - 4. p. 484 ff.
- _____. Die Revolution in Russland. Spartacus, (4), abr. 1917.
- _____. Sozialreform oder Revolution? Leipzig, 1899.
- _____. Zur Russischen Revolution. Berlin, 1970-75. p. 358 ff. (Rosa Luxemburg - Gesammelte Werke, 4).
- _____. (alias junius). Die Krise der Sozialdemokratie. Zürich, 1916. p. 49 ff. (Rosa Luxemburg - Gesammelte Werke, 4).
- MAGRI, Lucio.** Der lange Marsch durch die Krise. Frankfurt am Main, 1976.

- MAITAN, Livio.** Die Notwendigkeit des revolutionären Bruchs. In: **COLLETTI et al.** Über Lenins Staat und Revolution heute. Berlin, 1970.
- MARCUSE, Herbert.** Die Gesellschaftslehre des sowjetischen Marxismus. Berlin, 1964.
- MARX, Karl.** Der Bürgerkrieg in Frankreich. Berlin, 1956 - 71. p. 342 ff. (Marx Engels Werke, 17).
- _____. Das Kapital. Berlin, 1956 - 71. 3 Baud. (Marx Engels Werke, 25).
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich.** Die deutsche Ideologie. Berlin, 1956 - 71. p. 35 ff. (Marx Engels Werke, 3).
- _____. Manifest der Kommunistischen Partei. London, 1848. p. 459 ff. (Marx Engels Werke, 4).
- MATTICK, Paul.** Lenin; Revolution und Politik. Frankfurt am Main, 1970.
- MESCHKAT, Klaus.** Die Pariser Kommune von 1871 im Spiegel der sowjetischen Geschichtsschreibung. Berlin, 1965.
- PAPCKE, SVEN.** Der Revisionismusstreif und die politische Theorie der Reform. Stuttgart, 1979.
- PELIKAN, Jiri.** Den Fehler Dubceks nicht wiederholen. In: **BETTELHEIM, Charles et al.** Zurückforderung der Zukunft. Frankfurt am Main, 1979. p. 77 ff.
- DIE POLEMIK** Über die Generallie der internationalen Kommunistischen Bewegung. Peking, 1965.
- PRIESTER, Karin.** Studien zur Staatstheorie des italienischen Marxismus; Gramsci und della Voipe. Frankfurt am Main, 1981.
- RADEK, Karl.** Im Fangnetz der Widersprüche. Arbeiterpolitik. (6 - 8) jul./ago. 1916.
- RIECHERS, Christian.** Antonio Gramsci; Philosophie der Praxis. Frankfurt, 1967.
- ROSSANDA, Rossana.** Einheit und Alternative. Il Manifesto, 23 maio 1973.
- SARTRE, Jean - Paul.** Critique de la raison dialectique. Paris,

Gallimard, 1960.

SCHLEICHER, Harry. Das System der betrieblichen Selbstverwaltung in Jugoslawien. Berlin, 1961.

TROTZKI, Mein Leben. Berlin, 1929.

WALDMANN, Eric. Der Aufstand von 1919 und die Krise der deutschen sozialistischen Bewegung. Boppard, 1967.

A "ESCOLA FRANCESA" OU "ESCOLA DOS ANNALES"

José Alves de SOUZA JÚNIOR

Departamento de História e Antropologia da UFPA.

RESUMO: A evolução recente da Ciência Histórica tem se constituído em tema constante nas discussões acadêmicas, a nível nacional e internacional. O objetivo do presente trabalho é fazer um sintético histórico dessa evolução, detendo-se, de forma mais detalhada, na apresentação da proposta historiográfica feita pela Escola dos Annales, ou seja, a "Nova História" ou "História das Mentalidades".

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, História Episódica, Historicismo Idealista Alemão, Escola dos Annales, História das Mentalidades.

"FRENCH SCHOOL" OR "ANNALES SCHOOL"

ABSTRACT: The recent evolution of Historical Science has been constantly a theme in the academic discussions both in Brazil and abroad. The aim of the present paper is to synthesize the history of this evolution, focusing in detail the historiographic proposal made by the Annales School, that is, the "New History or the History of Mentalities."

KEY WORDS: Historiography, Episodic History, German Idealist Historicism, Annales School, History of Mentalities.